

finalista

PREMIO GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ
DE PERIODISMO

MEDELLÁN SURTIENDO UN DESEMPEÑO NOTABLE EN SU CATEGORÍA



Publica

O

BISPO

E

SEUS

TUBARÕES

Uma reportagem sobre a deposição de Lugo no Paraguai

NATALIA VIANA

DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe X Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE X LIVROS:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [X Livros](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais

lutando por dinheiro e poder,
então nossa sociedade poderá
enfim evoluir a um novo nível."

O BISPO E SEUS TUBARÕES

Natalia Viana

Uma reportagem sobre a deposição de Lugo no Paraguai



Coordenação: Marina Amaral e Natalia Viana

Edição do e-book: Maurício Moraes

Capa: Marina Chevrant / Serifaria

Pública

Agência de Jornalismo Investigativo

Rua Vitorino Carmilo, 453 - Casa 2

Barra Funda. São Paulo, SP

CEP: 01153-000

Telefone: 55 11 3661.3887

Email: contato.publica@gmail.com

www.apublica.org

1ª edição, outubro de 2014

Sumário

[Introdução](#)

[1. Um cerco planejado](#)

[2. A destituição de Lugo, vista do palácio](#)

[3. Curuguaty, a matança que derrubou Lugo](#)

[Os refugiados de Curuguaty.](#)

[4. Os Estados Unidos e o impeachment](#)

[Relações militares](#)

[Epílogo - O julgamento, ainda sem data](#)

[Análise - Dois anos depois do golpe](#)

[Carta para Alejandro Almazán](#)

Introdução

*Por Mauri König,
repórter e diretor da Associação
Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)*

Não há acaso na política, tampouco coincidências. Não há como não ver no alarido em torno das conferências parlamentares, não só, mas principalmente, um ruidoso jogo de interesses. A ordem do dia é substituída por um colorido desfile de evocações e elogios, numa exibição interminável de bufões panegiristas. Não obstante haja diferenças entre eles, o corporativismo é regra. Os políticos são geralmente muito solidários entre si quando disso podem tirar algum proveito. É uma questão de sobrevivência nesse meio. Nenhum fato se dá ao acaso, nenhuma ação é gratuita. É dessa fauna que trata esse livro, o retrato de uma gente que tem a cobiça e a vaidade por predicados, dois aspectos imutáveis da natureza humana aqui reproduzida numa república sul-americana.

Este livro resulta de um esforço de investigação raramente visto por aí. Com a sagacidade de quem sabe olhar por sobre o muro das versões oficiais, Natalia Viana reconstrói os bastidores e os antecedentes de um golpe anunciado. De um lado, as estrelas ascendentes nos jogos de interesses com seu séquito de aduladores; de outro, um governo amparado em algumas boas causas, mas sem a malícia necessária para pô-las em prática. O resultado dessa peça jornalística é o relato sobre como se fabricam fatos e factoides com tal carga de dissimulação que faria corar o mais assaz libertino. Impressiona a quantidade de vozes e documentos a emprestar força a uma narrativa que, de antemão, constitui-se num registro histórico que contribui sobremaneira à arqueologia política.

Raras ações coletivas como a que se vê neste livro foram tão bem planejadas para dar ares de legalidade a um golpe de Estado. O golpe em questão atende pelo nome de "juízo político". O Congresso se valeu de uma versão paraguaia do "domínio do fato" para iniciar

o julgamento contra Lugo, sem, contudo, apresentar alguma prova razoável contra ele. Havia uma vontade em curso e seria preciso fazer dela uma verdade. As muitas tentativas de derrubar o governo pelas vias das regras políticas fracassaram. Produziu-se então o “massacre de Curuguaty”. O sangue de 17 mortos – onze camponeses sem-terra e seis policiais – aguçou o olfato dos tubarões do bispo. E o “juízo político” se deu. O líder do cardume soube agir com singular oportunismo.

Uma consagrada estratégia política é fazer as coisas acontecerem sem deixar as digitais aparentes. E por trás desse teatro de dissimulações transitava um personagem oblíquo cujo objetivo não era outro senão o poder. Foi ele quem mais trabalhou nos bastidores pelo impeachment de Lugo. Sabiam todos àquela altura que um governo tampão de Federico Franco seria um desastre, abrindo assim o caminho para o retorno triunfante do Partido Colorado. Horacio Cartes havia recém se filiado ao Partido Colorado, obviamente não por casualidade. Não foi sem intenção que ele usou toda sua força econômica para alterar o estatuto do partido centenário, reduzindo de 10 para cinco anos o tempo exigido de filiação para concorrer à Presidência da República. Havia nisso uma manifesta urgência. Daí em diante, qualquer coincidência vai por terra.

O massacre de Curuguaty ocorreu em terras griladas e reivindicadas desde 2004 por Blas Nicolas Riquelme, um ex-presidente do Partido Colorado; as pressões por uma ação imediata de reintegração de posse vinham de uma Fiscalía – o Ministério Público paraguaio – eivada de coloradistas; a investigação das mortes, contagiada por erros grosseiros, foi conduzida por um jovem promotor, filho de outro ex-presidente do Partido Colorado. O golpe se deu tão rápido quanto a queda de uma guilhotina. O vice que tramou pelas costas assumiu seu curto mandato em 22 de junho de 2012 e, muito pronto, o Paraguai se viu com um novo presidente, eleito em abril de 2013 e empossado em agosto do mesmo ano.

Decerto os paraguaios supunham ter feito bom negócio. Afinal, Horacio Cartes apresenta-se como homem bem sucedido à frente de suas empresas e do clube de futebol Libertad, campeão da

Libertadores. Mas vejamos com que tinta se escreveu a história daquele que viria a ocupar o lugar de Lugo no Palácio de los López. Horacio Cartes foi um empreendedor precoce, com boa dose de apoio do pai, Ramon Telmo Cartes Lind, representante dos aviões Cessna no Paraguai. Horacio começou nos negócios de câmbio em 1975, aos 19 anos. O primeiro escândalo não tardou mais que 10 anos. Em 1985, ele e três sócios foram acusados de lesar o Estado em US\$ 100 milhões usando uma empresa fantasma para comprar dólares subsidiados do Banco Central e revender com lucro no mercado paralelo. Foragido por quatro anos, ele se apresentou à Justiça em 1989, logo depois da queda de Alfredo Stroessner.

Cartes argumenta que àquela época as pessoas eram presas por qualquer motivo, o que é verdade. Mas ele não era exatamente um revolucionário – antes um aprendiz de capitalista – e nem representava uma ameaça ao projeto de poder perpétuo de Stroessner. Ao se reapresentar à Justiça, ficou quatro meses preso. Inundou os tribunais com toda sorte de recursos judiciais, cuja sentença final se daria apenas duas décadas mais tarde. Numa decisão controversa, foi absolvido pela Suprema Corte em 2008, quando já era um magnata com negócios ramificados em 20 empresas de tabaco, bebidas, transporte, agropecuária. Tão logo deixou a prisão, criou ainda em 1989 a casa de câmbio Amambay, convertida três anos depois no Banco Amambay, o catalisador da fortuna distribuída entre os negócios que ia criando.

Uma dessas, em particular, pôs Cartes no vértice de transações ilegais. Ele é o homem por trás do contrabando do cigarro, um negócio que desbanca o narcotráfico em algumas fronteiras sul-americanas e começa a redesenhar a geopolítica do crime organizado. O cigarro ilegal que entra no Brasil pelos 1,3 mil quilômetros da fronteira com o Paraguai já equivale, em valores, a 34% do que passa em maconha e cocaína por todos os 16,5 mil quilômetros das fronteiras brasileiras com dez países. Entre 2010 e 2013, o Brasil apreendeu em todo seu território US\$ 2,5 bilhões em cocaína, US\$ 287 milhões em maconha e US\$ 958 milhões em cigarros. As cifras correspondem ao preço de consumo, quando os custos de produção e distribuição já foram embutidos.

O Paraguai produz 3,3 bilhões de maços de cigarro por ano. Cada maço custa US\$ 1,50 no mercado clandestino. Um negócio de US\$ 5 bilhões, portanto. Cartes abriu a Tabacalera del Este (Tabesa) em 1993, impulsionou o setor e cresceu com ele. O contrabando se revelou um bom negócio e as fábricas paraguaias saltaram de três para as atuais 32. Cartes é o maior beneficiado pelo contrabando. Responde por 30% de toda a produção paraguaia. Os paraguaios fumam só 2%. O resto assegura ao país o papel de maior provedor latino-americano de cigarro pirata. Cinco das 11 marcas produzidas por Cartes responderam por 79 milhões de maços apreendidos no Brasil entre 2010 e 2013, metade de todo o cigarro ilegal confiscado no país.

Cartes zomba dos demais chefes de Estado latinos ao fugir à responsabilidade sobre seus cigarros que entram pela porta dos fundos nos países do subcontinente. Diz não fazer contrabando, apenas produz e vende no Paraguai. A evasão fiscal, argumenta o presidente, é um problema aduaneiro, não dele. Cartes infringe o Código Aduaneiro do seu próprio país, uma lei federal de 30 de julho de 2004 (nº 2422), que tipifica como contrabando tanto o que entra quanto o que sai à revelia do fisco. Não cabe a escaramuça da ignorância sobre o fato quando se sabe ser o maior beneficiado com a fraude. Há uma abismal diferença entre delinquir como empresário e delinquir como chefe de Estado.

O contrabando de cigarro é apenas o negócio mais recente a lançar luz sobre os negócios do Senhor Presidente. Cartes entrou no radar internacional em março de 2000, quando a Divisão Antinarcóticos do Paraguai apreendeu 343 quilos de maconha e 20 quilos de cocaína em um avião bimotor numa fazenda de sua propriedade na fronteira com o Brasil. Ele também manteve negócios com o capo-mafioso Fadh Jamil, de quem comprou 12 mil hectares em seis fazendas nos estados paraguaios de Amambay e Canindeyú, ambos colados ao Mato Grosso do Sul. A natureza dos negócios de Cartes e sua facilidade em ganhar dinheiro despertou a atenção internacional.

Em 2009, os Estados Unidos montaram uma força-tarefa com sete de suas agências para investigar Cartes como traficante de

narcóticos e líder de um grande esquema de lavagem de dinheiro na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. As sete agências se reuniram de 6 a 9 de dezembro daquele ano na Cidade do Panamá com as empresas líderes do mercado americano de tabaco, além de membros da agência antidrogas americana (DEA) em Assunção, Lima e Buenos Aires. A reunião contou ainda com representantes da British American Tobacco, da Reynolds American, da Imperial Tobacco e da Phillip Morris USA.

O WikiLeaks vazou os detalhes da operação americana, batizada de Coração de Pedra, num documento diplomático da embaixada americana em Buenos Aires, de 5 de janeiro de 2010. A papelada, como revelou em primeira mão a autora deste livro, qualifica Cartes como “chefe da organização de lavagem de dinheiro” e cita pessoas a serem investigadas, como a Tabacos USA, INC, cujos sócios de Cartes são sua irmã Sarah Cartes e William Cloherty. São listados ainda os sócios Osvaldo Gane Salum e Juan Carlos Lopez Moreira, “membros da organização criminosa envolvida na importação de cigarros falsificados da América do Sul para o território continental dos EUA”.

Agentes da DEA infiltrados nos negócios do investigado tinham o propósito de “interromper e desmantelar a organização de tráfico de drogas de Cartes”. O vértice da lavagem de dinheiro seria o banco Amambay. O Departamento de Justiça americano o incluiu na lista das “organizações mais significativas de tráfico de drogas internacional que ameaçam os Estados Unidos”.

“Agentes se infiltraram no empreendimento de lavagem de dinheiro de Cartes, uma organização à qual se atribui a lavagem de uma grande quantidade de dinheiro dos Estados Unidos, gerada por meios ilegais, inclusive por meio da venda de narcóticos da tríplice fronteira para os Estados Unidos”, diz o documento diplomático. Também participaram das investigações o Banco Central americano, a Procuradoria-Geral dos Estados Unidos e o Tesouro Americano. O governo americano não revelou o desfecho da operação Coração de Pedra. Cartes sempre negou envolvimento com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro.

Com os negócios sob vigilância, Cartes voltou-se às atividades mais lucrativas, a produção de cigarro, à qual procura dar ares de legalidade fazendo uma interpretação muito particular sobre o Código Aduaneiro do Paraguai. Não é muito difícil numa região acostumada à contravenção. O contrabando, seja do que for, é parte integrante da cultura paraguaia há muitas décadas. Durante os 35 anos da ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989), os negócios ilícitos foram uma política de Estado. O *modus operandi* stroessnerista contaminou o setor público e a elite governamental. As atividades ilícitas tiveram como partícipes as oligarquias econômicas, políticas, sociais e militares do país. Ou seja, uma delinquência organizada que agia com anuência ou participação do poder político central.

Esse *status quo* fez ruir o aparato jurídico, que poderia representar um equilíbrio de forças. As elites paraguaias possuem muitos vasos comunicantes dentro e fora do setor público, o que dificulta o combate aos ilícitos. Mesmo após Stroessner ser destituído, a corrupção e o contrabando permaneceram alocados na máquina estatal. As trocas de mando que se sucederam significavam nada além do que a vitória de outra facção que disputava mais do que o poder político, disputava um espaço na delinquência estatal. Fernando Lugo foi o presidente que mais tentou romper com essa lógica do toma-lá-dá-cá. Deu no que deu. Foi devorado pelos tubarões.

Não por acaso, a fronteira Brasil-Paraguai se tornou o vértice da cultura do contrabando. O comércio ilícito de cigarros – os de Cartes, em especial – se converteu em um negócio a mais nesse corredor de drogas, armas, veículos roubados e toda sorte de falsificação. Mas, até o início dos anos 1990, o contrabando não era motivo de grande preocupação dos governos. O tema só ganhou importância na agenda bilateral no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que passou a buscar cooperação do Paraguai para conter o avanço da atividade clandestina. Embora a agenda fosse bilateral, o combate ao contrabando continua sendo unilateral.

Cartes reinaugurou no Paraguai um governo sustentado a puro discurso. É mais um no jogo de dissimulação. Sua austeridade vai

até onde convém a seus negócios. Tão logo assumiu a Presidência, deu início a uma ação sem precedentes de combate ao contrabando, mas apenas sobre o que entra no país sem pagar impostos. Sobre o que sai, inclusive o cigarro do Senhor Presidente, nada se fala. O Paraguai virou uma metáfora de si mesmo. Líder latino-americano na produção de maconha, tornou-se também líder na produção de cigarros piratas. A licenciosidade no manejo do poder tem sido campo fértil para o novo negócio. O cigarro pirata alimenta não só o vício do fumante, antes o vício da corrupção. É um elemento a mais num país recorrente no topo da lista dos países mais corruptos, segundo a Transparência Internacional. Cartes está fazendo a parte dele.

1

Um cerco planejado

*O impeachment a Fernando Lugo
começou a ser tramado em 2008.
Sem provas, destituição deveria
"servir de lição a futuros governantes"*

Na quarta-feira, 22 de agosto de 2012, poucas coisas em Assunção, capital do Paraguai, lembravam os dois meses da destituição do presidente em um julgamento-relâmpago que surpreendeu todo o continente. Grupos de homens jogavam dominó na Praça da Democracia, ambulantes ofereciam câmbio de dólares aos turistas e estudantes uniformizados iam e vinham dos colégios em casarões coloniais; à parte algumas pichações nos muros chamando o atual presidente, Federico Franco, de golpista – “as paredes falam”, dizia uma delas –, a vida seguia seu ritmo normal.

Na sede do movimento Frente Guasú, coalizão de esquerda que integrava o antigo governo, o clima não era muito diferente. Às quartas-feiras, o presidente deposto, Fernando Lugo, costuma tirar folga; então não havia ali o costumeiro entra-e-sai de ex-ministros que ainda se reúnem diariamente com o ex-chefe. Foi na última hora que se improvisou a gravação de um “comunicado à nação” transmitido pela internet, uma espécie de continuação do discurso semanal que Lugo, quando presidente, realizava na TV Pública.

Sentado no seu pequeno escritório no mezanino do casarão – do outro lado da rua fica a residência presidencial, ocupada pelo seu ex-vice – e diante da bandeira paraguaia, Lugo estava relaxado, de camiseta vermelha e sandália de couro, brincando com sua equipe e a repórter da **Pública**, que aguardava para a última de três entrevistas. “Hoje faz dois meses que se executou no Paraguai um golpe de Estado parlamentar... Um golpe de Estado que não levou em conta a democracia participativa, não levou em conta o seu voto,

a sua participação, a sua dignidade”, dizia, apontando para a câmara.

Apesar de ter sido o último presidente latino-americano destituído do cargo, em um julgamento que levou menos de 24 horas para ser concluído, classificado como ruptura democrática por organizações regionais como Mercosul (Mercado Comum do Sul) e Unasul (União de Nações Sul-Americanas), Lugo permanecia desconcertantemente tranquilo. “Eu o vejo muito bem”, comenta o militar que fazia sua escolta pessoal desde a época da presidência. “Parece que ele está até menos preocupado...”

Durante quatro anos, Lugo governou com o parlamento mais arisco da América Latina – apenas três deputados em 80 e três senadores em 45 eram da Frente Guasú –, contando apenas com uma frágil aliança com o Partido Liberal, de seu vice. “Não tínhamos quadro, não tínhamos apoio político, era só confronto”, resumiu, melancólico, numa tarde calorenta em sua residência na capital paraguaia. “Quando eles me elegeram em 2008, pensaram que eu seria o bobo deles, mas isso eu me nego a fazer”, disse, referindo-se aos liberais, segunda maior força política no país. Entre frases pausadas, Lugo suspirou: o poder, de fato, nunca foi totalmente seu. “Eu sabia que iria terminar assim.”

Representante da Teologia da Libertação, Fernando Lugo era conhecido como “o bispo dos pobres” até renunciar à batina em 2006. Bispo da diocese de São Pedro, uma das regiões mais pobres do país, coordenava as comunidades eclesiais de base e trabalhava diretamente com movimentos camponeses e sem-terra. Ao optar pela política, foi suspenso pela Igreja Católica, mas seguiu sua trajetória aliando a aura religiosa com um discurso progressista em favor dos camponeses e da redistribuição de riqueza. A popularidade o consagrou e o Partido Liberal, arraigado em todo o país, forneceu a estrutura, abraçando uma oportunidade única de finalmente chegar ao governo, depois de seis décadas; a aliança, no entanto, seria arenosa.

Em abril de 2008, Lugo venceu por dez pontos percentuais de diferença, pondo fim a 60 anos de domínio do Partido Colorado, o mesmo do antigo ditador Alfredo Stroessner.

Nada de novo

O fim repentino do governo Lugo não chegou a ser uma surpresa – basta ler a cobertura da imprensa paraguaia no período em que ficou no poder. Pouco depois da posse, em agosto de 2008, o termo “juízo político” – versão paraguaia do impeachment – passou a figurar repetidamente, de maneira quase banal, nas sessões do Congresso e nas páginas dos jornais diários. “Eu não tenho medo porque não encontro motivos lógicos, válidos, para que o presidente seja julgado politicamente pelo Parlamento Nacional”, ele declarou, já em fevereiro de 2009, em uma conferência de imprensa. “Não cometi nem faltei à Constituição Nacional no desempenho das minhas funções.”

Na época, não havia nenhum motivo concreto para um impeachment, além do rumor de que o ex-presidente Nicanor Duarte Frutos tramava sua derrubada com o general Lino Oviedo, líder do partido direitista Unace, homem que tentara dar um golpe de Estado – militar – em 1996. Antes mesmo da posse, Oviedo apostava com Frutos que Lugo “ia durar apenas de três a nove meses no cargo”.

A cada novo escândalo envolvendo o governo, ou Lugo, as duas palavrinhas voltavam à tona. Os partidários do ex-presidente contabilizaram 23 tentativas, por membros do Congresso, de utilizar o “juízo político”. No final de 2009, o senador liberal Alfredo Jaeggli, um dos mais aguerridos promotores da causa, falava abertamente à imprensa sobre um plano para destituir o presidente em seis meses, “antes que se fortaleça”. “Quero que este senhor se vá”, afirmava.

Dentro do Partido Liberal, pretensamente aliado ao governo, o impeachment tinha um apoio de peso: Julio César Franco, o “Yoyito”, irmão do vice-presidente Federico Franco. Yoyito também fez suas apostas quando, na mesma época, surgiram notícias de que Lugo tivera três filhos enquanto ainda era sacerdote, o que provocou um novo escândalo político. Yoyito disse a um repórter que o fato era “imoral”, mas não o suficiente para derrubá-lo. “Deve ser um fenômeno mais político”, afirmou. Aproveitando o momento, Federico Franco também falava abertamente sobre sua ambição de ocupar o cargo. “No domingo, fizemos uma entrevista em um café

de manhã com o vice-presidente Federico Franco, que, mal terminou de expressar o seu apoio a Lugo, nos lembrou que está capacitado para substituí-lo caso ocorra um eventual juízo político”, descreveu o jornalista Nicasio Vera, do jornal *ABC Color*, em dezembro de 2009, num editorial intitulado “A angústia de Federico”.

“Foi um pesadelo constante”, lembrou o presidente deposto. “Trabalhávamos com muitas desconfianças e dúvidas sobre as suas intenções. Mas não havia outra alternativa.”

O governo Lugo desagradava grande parte dos congressistas. “Nenhum governo foi interpelado pelo Congresso tantas vezes quanto o nosso”, disse, suspirando, uma senhora baixinha e gordinha, de olhar firme e expressão cansada. Reconhecida dentro e fora do círculo de Lugo como sua melhor ministra, Esperanza Martínez foi titular da Saúde do primeiro ao último dia de governo. Em entrevista na sede da Frente Guasú, ela tenta lembrar quantas vezes foi prestar esclarecimentos diante dos deputados. “Olha, foram mais de 50 vezes ao longo dos quatro anos... A cada duas, três semanas, eu tinha que ir lá explicar gastos em recursos humanos, em tal licitação... Me ofendiam. Uma vez disseram que eu era muito gorda para ser ministra de Saúde”, afirmou. À frente da pasta, ela foi responsável pela maior – e mais sutil – afronta aos partidos que tradicionalmente governam a política paraguaia: saúde gratuita.

A busca pela universalização da saúde combatia de uma vez duas enfermidades: a corrupção dos funcionários, que guardavam parte da “caixinha” dos hospitais, e o clientelismo político. “Antes você tinha que ser filiado a algum partido para conseguir um leito no hospital ou uma ambulância. Se tinha um problema de saúde, tinha que ir a um político local ou à sede do partido... O que fizemos foi devolver o serviço de saúde à população sem intermediação de partidos”, disse. No Paraguai, a lealdade ao partido passa de pai para filho. Tanto que o Partido Colorado é um dos maiores, em número de filiados, da América do Sul: quase 2 milhões. Já o Partido Liberal tem 1,2 milhão. Juntando os dois, dá quase metade da população total do país, de 6,5 milhões. Pra se ter uma ideia, o

PMDB, maior partido do Brasil, tinha 2,3 milhões de filiados em 2013; o PT tinha 1,5 milhão.

Outro membro do governo que enfurecia colorados, liberais e proprietários de terra era o engenheiro agrônomo Miguel Lovera, que assumiu o Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e Sementes (Senave) em abril de 2010. Seu maior pecado foi decretar a Resolução 660, que ditava normas para a aplicação de agrotóxicos, estabelecendo a necessidade de autorização para a realização de fumigações aéreas e terrestres e de avisar aos vizinhos com 24 horas de antecedência, indicando produtos a serem utilizados e grau de toxicidade.

O ex-diretor do Senave também comprou briga com o setor agroexportador, em especial da soja – o Paraguai é o quarto maior exportador mundial –, ao aumentar os critérios para liberação do uso de agrotóxicos e cancelar vários registros cujos processos estavam incompletos. O setor conclamou um tratoração – protesto em que tratores bloqueariam as estradas do país – para o dia 25 de junho de 2012. Não daria tempo.

Em um jogo de xadrez complicado para quem não conhece a política paraguaia, o ex-presidente contava, para não ser deposto, com o inusitado apoio do mesmo Partido Colorado, que não queria um impeachment que resultasse na posse do vice, liberal. “Os liberais nunca tiveram ajuda do Partido Colorado. Sempre tive certeza de que eles não aceitariam um juízo político para colocar um liberal como presidente”, revelou Lugo. “Os membros do Partido Colorado mesmos me diziam: ‘Fica tranquilo, não vai ocorrer nada, eles não têm os votos sem nós...’”.

A relação de Lugo com o seu vice era “tensa, para dizer o mínimo”, na visão da embaixadora americana Liliana Ayalde, que enviou mais de 15 comunicados a Washington sobre movimentações em prol de um impeachment, vazados pelo WikiLeaks. Em um país com uma institucionalidade frágil, a embaixada americana sempre foi um dos mais importantes centros de poder – e local favorito para as discussões sobre a destituição do presidente.

“Os tubarões políticos ao redor de Lugo continuam a rondá-lo em busca de espaço e poder”, escreveu Liliana em 6 de maio de

2009. “Rumores dão conta de que o golpista general Lino Oviedo, o ex-presidente Nicanor Duarte Frutos, e/ou o vice-presidente Federico Franco continuam a procurar maneiras de encurtar o mandato de Lugo. A maioria das teorias se baseia em um impeachment contra Lugo, o que requereria 2/3 dos votos na Câmara para fazer a acusação e 2/3 no Senado para condená-lo”, descrevia Liliana, com precisão. “O resultado desta equação parece ser a própria versatilidade de Lugo e força (que tem nos surpreendido), a capacidade dos seus oponentes de executar um golpe democrático (que esperamos que não nos pegue de surpresa) e o fator do tempo”, concluía a embaixadora americana.

Minha amiga Ayalde

Início de agosto de 2012. No celular de marca BlackBerry do já ex-presidente Fernando Lugo brilha uma mensagem carinhosa, enviada de Liliana Ayalde para seu e-mail pessoal: “Espero que você esteja bem. Votos de melhoras”. Lugo conversava com esta repórter no lobby do hotel Tripp, em São Paulo, onde estava hospedado para seguir o tratamento de um câncer linfático. Daí a mensagem.

Substituída na embaixada em 2011 – ela assumira o cargo quatro dias antes da posse de Lugo – Liliana subiu na hierarquia e, em 2012, era responsável pelo Caribe, América Central e Cuba no departamento de Estado de Hillary Clinton. “Ela é minha amiga. Quer dizer, era minha amiga...”, disse Lugo, em tom hesitante. “Bom, ela me salvou. Muitos líderes de oposição iam a ela pedir que me tirasse do poder.”

Um documento de dezembro de 2008 descreve como isso ocorreu. Apenas 15 dias depois da posse, Liliana escreveu sobre “um turbilhão de rumores e notícias exageradas na imprensa” sobre um golpe de Estado. As informações vinham de uma reunião entre Lino Oviedo, Nicanor Duarte e o então presidente do Senado Enrique Gonzalez Quintana, também do partido Unace. Escreve Liliana: “Gonzalez Quintana fez numerosas tentativas de contatar a embaixadora em 1º de setembro, quando a história vazou. Consciente da vontade dos paraguaios de trazer os Estados Unidos para dentro das suas disputas internas, ela não atendeu os

telefonemas”, diz o cable, cujo sugestivo título é “Rumores de golpe: apenas um dia normal no Paraguai”.

Três dias antes, Lugo havia jantado com Ayalde na sua residência, onde disse querer manter reuniões, “oficiais e não oficiais, de maneira discreta”, conforme documento do WikiLeaks. Entre comentários pessoais – contou que gostava de caminhar ao amanhecer, ouvir música e que tocava violão –, ele usou a ocasião para testar a postura da nova embaixadora. “Lugo constatou que foi uma prática frequente na história do Paraguai que a embaixada se intrometesse em assuntos internos”, relata Ayalde. “A embaixadora agradeceu pela observação, e assegurou que estilos diferentes são apropriados para tempos diferentes, e que a sua intenção era respeitar a soberania do Paraguai e garantir o sucesso do então presidente.”

Um ano depois, o secretário-assistente do Departamento de Estado dos Estados Unidos para o hemisfério, Arturo Valenzuela, reiterou o apoio ao governo Lugo. Em visita ao país, depois de ouvir uma enxurrada de críticas dos parlamentares e comentários sobre o impeachment pendente – com a devida explicação de que não se trataria de um “golpe”, o americano encerrou o papo. “Valenzuela compreendeu que um processo constitucional de impeachment não é igual a um golpe, mas alertou que o Paraguai não deveria usar o impeachment como um mecanismo para resolver problemas de curto prazo sem considerar cuidadosamente as consequências”, relata outro cable, de 31 de dezembro de 2009.

A missão diplomática americana, claro, jamais fechou totalmente as portas para as vozes que pediam repetidamente a destituição de Lugo. Muitas vezes, os líderes da oposição eram fotografados pela imprensa ao sair, orgulhosos, de reuniões na embaixada. Poucos integrantes do governo ligavam; um deles, um fervoroso general nacionalista, foi o único a protestar veementemente. Caiu.

Cai o ministro da Defesa

É muito difícil apontar o exato momento em que o frágil equilíbrio de apoios ao governo Lugo ruiu. Mas pergunte a um

general reformado, de olhos pequenos e gestos enfáticos, e ele precisará o mês de fevereiro de 2010 como o começo do fim.

Bareiro Spaini foi o escolhido por Lugo para assumir o ministério da Defesa por contar com elevada reputação não só entre os militares mas também entre civis – foi o primeiro juiz de um tribunal militar, no Paraguai, a condenar à prisão outro general por corrupção. Era ele que aparecia ao lado do presidente em cadeia nacional, junto aos comandantes militares, nas repetidas vezes que os boatos de impeachment ganhavam força.

O general, como Lugo, vivia às turras com os parlamentares paraguaios, tendo perdido as contas de quantas vezes foi convocado pelo Congresso para prestar esclarecimentos. Quando reconta a história, deixa transparecer ainda uma irritação profunda. “Me interrogaram no Congresso muitas vezes”, disse Spaini. “Me chamaram por causa da vinda de um avião venezuelano ao aeroporto, sem haver passado pelos registros oficiais. Não importa se eu tinha ou não responsabilidade. Uma vez, me pediram explicações sobre uma jovem que foi morta no lado brasileiro e depois levada para o lado paraguaio da fronteira... E me perguntaram por que a bandinha militar de uma cidade onde há um quartel acabou, por que a cidade foi deixada sem sua bandinha!”

A tempestuosa relação com os parlamentares, relata Spaini, teve início em um jantar com os presidentes das Comissões de Defesa do Senado, o colorado Hugo Estigarribia, e da Câmara, Mario Morel Pintos. “Um deles me perguntou: ‘O que você pensa dos americanos?’ Eu gosto do povo americano, são gente boa, amável. ‘E o que você pensa de nos aliarmos aos americanos?’ Eu penso que não é possível, racionalmente falando, por causa da assimetria pronunciada entre os nossos países. O que interessaria a eles, uma superpotência, que tipo de aliança estratégica estariam fazendo com o Paraguai? A não ser que fosse para ter uma base aqui. Por que me perguntam? ‘Porque pensamos que seria interessante convidá-los para que venham instalar suas bases aqui’”.

Spaini – conhecido por não medir as palavras – ficou profundamente ofendido com a sugestão. “Então, disse eu, de que soberania nacional estamos falando se o próprio Estado paraguaio

não tem condições de defender o seu povo, o seu próprio território? Em que condições ficaria o glorioso Exército paraguaio, como você diz? Não teria sentido a sua existência. É isso que vocês querem?”, vociferou o ministro. A relação azedou ali.

Mas aquilo era mais que um bate-boca acalorado. Era uma disputa que marcaria todo o governo Lugo. Spaini era abertamente favorável à formação da Unasul e de uma aliança militar regional, em detrimento de uma continuada aproximação militar com os Estados Unidos e a Colômbia, tendo sido responsável, por exemplo, pelo fim de um programa de treinamento que permitia a presença de militares americanos no Paraguai. “A melhor maneira de alentar qualquer possibilidade de conflito regional é incrementar a colaboração”, explicou.

O mandato do incômodo ministro teve fim dois anos depois, com outro arroubo típico do general. Enquanto políticos oposicionistas – e liberais – continuavam tentando buscar apoio para o impeachment na embaixada americana, Spaini foi o único ministro a protestar, com estardalhaço.

O estopim viria no dia 19 de fevereiro de 2010. Convidado para um almoço oficial, realizado na embaixada americana, o ministro enviou o seu vice, o general Cecilio Pérez Bordón. Lugo não estava presente. À mesa, a anfitriã Liliana Ayalde reuniu um grupo de generais americanos que visitavam o país, um general das Forças Armadas paraguaias, o vice-presidente Federico Franco e o senador colorado Hugo Estigarribia. Segundo o relato de Spaini, a embaixadora puxou o assunto. Spaini relata: “Franco, o senador e outro civil reclamaram das atitudes do ministro da Defesa. Depois passou-se ao tema do juízo político ao presidente. E os militares ali, só ouvindo. O vice-ministro então interveio, em guarani, dizendo que seria interessante mudar de assunto, discutir esses temas domésticos em outro lugar, pois era uma embaixada estrangeira...”

Ao sair do almoço, consternado, o general Pérez Bordón disse à embaixadora: “Eu nunca passei tão mal em um almoço como neste. Informo que lastimavelmente não voltarei a pisar aqui”.

Pouco depois, Spaini escreveu uma carta expressando sua “inesperada surpresa, próxima ao incrível assombro” e afirmando que o evento poderia colocar em risco as relações entre os governos de Paraguai e dos Estados Unidos. Escrita em espanhol, a vaporosa carta foi enviada para a embaixada americana, com cópias para o Comando Sul das Forças Armadas Americanas e para o Pentágono. “Em particular, resultam inadmissíveis e intoleráveis as palavras de sentido panfletário e demagógico sobre a péssima gestão administrativa do presidente Fernando Lugo que o faz merecedor de um urgente e inegociável juízo político”, dizia o texto (veja [aqui](#) e [aqui](#) o documento original).

Em alguns dias, a carta vazou para a imprensa – não da parte do governo, segundo o general. “Grosseira carta de ministro a embaixadora dos Estados Unidos”, dizia o jornal conservador *ABC Color*, que publicou parte de seu conteúdo. Dentro do governo, o vice e os ministros liberais espumavam de raiva pela ofensa à representante americana. Lugo contempORIZAVA. “A embaixadora, depois de uns dias, afirmou que era uma questão pessoal, que tudo estava superado... Mas o senador (Estigarribia) insistiu que se ofendeu a embaixadora, que se ofendeu um país amigo, que eu passei dos limites...”, lembrou Spaini. “Aqui foram mais papistas que o papa.”

A gestão de Spaini durou apenas cinco meses depois do episódio. Sob pressão do Congresso – que se negou a aprovar o orçamento militar –, o general renunciou. “Renunciei contra a vontade do presidente”, afirmou. “Eu disse a ele que a única solução para essa situação era a minha saída, para não comprometer seu governo. E disse, em entrevistas a uma rádio, que eu estava convencido de que isso mirava o presidente da República, e que o próximo seria ele.”

Em conversa com a **Pública** na sua casa, o general Cecilio Pérez Bordón – que assumiu a pasta de Defesa após a saída de Spaini – não quis comentar sobre o fatídico almoço. “É um assunto já encerrado”, disse. A primeira convidada a visitá-lo no gabinete depois da posse foi a mesma Liliana Ayalde. “Continuamos

trabalhando, fazendo parcerias com eles.” Mas e a promessa de nunca mais pisar na embaixada? “Jamais pisei.”

De repente, uma matança: Curuguaty

Meio-dia, 15 de junho de 2012. Fernando Lugo está em uma feira de exposição do Ministério da Educação, no centro de Assunção. Ele sabe que, naquela manhã, haveria uma desocupação de terras no distrito fronteiriço de Canindeyu, próximo ao município de Curuguaty. Tratava-se de um terreno de 2 mil hectares reivindicado pela empresa Campos Morumbi S.A., de propriedade de Blas Nicolás Riquelme, ex-presidente do Partido Colorado. Mas nada disso o preocupava; tratava-se de uma desocupação corriqueira, mais uma entre dezenas que ocorreram durante o seu governo. “Quando subimos no helicóptero, Alcides Lovera ao meu lado, ele escuta na rádio que o irmão foi ferido. Quando chegamos à residência presidencial, ele já havia falecido.”

Erven Lovera, irmão do chefe de segurança presidencial que estava sempre ao lado de Lugo, foi o primeiro policial a tombar no episódio que ficou conhecido nacionalmente como “a matança de Curuguaty”, um trágico conflito entre polícia e sem-terra, durante a desocupação. Após um breve e confuso confronto, morreram outros cinco policiais e 11 camponeses. Tido como o grande responsável pela tragédia, Lugo foi destituído da presidência uma semana depois pelo Congresso Nacional.

“Eu disse a Lovera que fosse ficar com sua família e já comecei a me comunicar com todo mundo. Fiquei em comunicação contínua com o ministro do Interior e a polícia. Naquele momento, nos dedicamos a socorrer os feridos e mortos. Foi a prioridade”, lembrou Lugo. Havia dúvidas se o presidente deveria ir ao local imediatamente. Após algumas horas de incerteza, a ministra da Saúde, Esperanza Martínez, pegou um avião para lá. Lugo não foi.

Em Assunção, o chefe de gabinete da Presidência, Miguel López Perito, também ficou sabendo da matança pelos membros da sua escolta. “Foi casualidade, um militar me disse que houve um enfrentamento em Curuguaty e mataram o irmão do chefe de segurança de Lugo. E me disse: parece que há mais mortos.”

Apontado pela imprensa como um “capa preta” do governo, López Perito foi correndo ao Palácio do Governo. “Aí tivemos uma reunião com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e também com o chefe do Gabinete Militar, o comandante da polícia, o ministro do Interior e alguns outros ministros”, lembra. “Eu disse: ‘Presidente, esse é o início do juízo político’.”

López Perito não conseguiu convencer seus pares, nem o presidente, de que se tratava de um complô para destituí-lo, afinal. O clima no palácio ainda era de torpor quando, naquela mesma sexta-feira, os primeiros congressistas começaram a evocar as palavras “juízo político”. “Creio que as 17 mortes doerem muito ao presidente Lugo”, disse o ex-ministro do Planejamento, Hugo Royg. “Lugo por essência não é um ator político, é um ator eclesial, formado nessa lógica. Um ator que essencialmente escuta.”

Foi assim que, no xadrez luguista, ao amanhecer de sábado, enquanto o jornal *ABC Color* trazia a manchete “A República sofre uma de suas horas mais negras”, com um editorial de capa que começava com “O presidente Lugo é o responsável por essa lamentável tragédia”, o presidente trabalhava para resolver a situação, nomeando, como novo ministro do Interior, um notório colorado: o ex-procurador geral da República, Rubén Candia Amarilla. A escolha de Amarilla, desafeto dos movimentos sociais do campo, acirrou ainda mais os ânimos liberais, criou desconfiâncias dentro do governo e acabou por desagradar a todos.

Nos bastidores, alguns ministros trabalhavam para mostrar que haveria uma reação enérgica e que o crime não ficaria impune. O plano era formar uma comissão de “notáveis” que faria uma investigação paralela sobre o massacre, “dando mais transparência ao processo”, segundo Hugo Royg. Conseguiram a adesão de uma fazendeira da região de Canindeyu e de um renomado jornalista do diário *ABC Color*. Foi como jogar óleo na chama.

A iniciativa foi vista como uma afronta às forças policiais – ou foi assim que diversos oposicionistas se referiram a ela na imprensa. Segundo López Perito, o que estava em jogo era outra coisa: “Na segunda-feira, 18 de junho, tivemos uma reunião ao meio-dia onde

estava o presidente do Partido Liberal, três senadores liberais, vários militares, a ministra de Saúde, o procurador-geral da República... E estavam Emilio Camacho, assessor jurídico de Lugo, e eu. Foi na casa do senador (Alberto) Grillon. E aí o Blas Llano (presidente do Partido Liberal) disse que eles não podiam seguir sustentando esse governo, porque não sabiam o que era que queria esse governo”, lembrou López Perito. “Disse que se não lhes déssemos a chapa presidencial para 2013, se Lugo não lhes garantisse que eles iam pôr o candidato a presidente, não iam frear o juízo político na Câmara.”

“Bom, o que veio depois foi muito rápido”, disse. “Ligamos para os colorados, e alguns me diziam ‘isso é loucura, não se pode entregar o governo ao Partido Liberal’”, lembra o ex-chefe de gabinete. Na ala colorada, diz ele, quem mais trabalhou pelo juízo político foi Horacio Cartes, empresário com terras na fronteira que acabou sendo eleito presidente nas eleições de 2013.

Lugo seguia incrédulo e hesitante. Como sempre. “Mas também, como já haviam falado 23 vezes em impeachment em três anos e meio, no Parlamento, eu acreditava que seria como nas outras vezes”, explicou-se. Na quarta-feira, descreveu Esperanza Martínez, “nós percebíamos que a temperatura estava subindo dentro do Partido Liberal. Já estavam mais distantes, muitos diziam que iam fazer o juízo político. Muitos de nós, os colaboradores, nos aproximamos do presidente, pedimos por favor que negociasse com eles. Ele tentou falar pelo telefone. Não atendiam”.

“Dessa vez foi diferente, porque houve uma reunião dos líderes dos partidos políticos na quarta-feira, dia 20. Eu sabia. E aí fecharam...”, disse Lugo. Na mesma noite, com boa parte do seu gabinete ainda na residência oficial, Lugo foi dormir às 22 horas, como de costume.

A calma do ex-bispo, motivo de críticas constantes durante o seu governo, surpreendeu colaboradores próximos. “Ele já estava cansado, dizia ‘Se querem fazer o juízo, que façam’”, contou um deles. “Mas isso, é claro, é uma observação pessoal. Não se entrega assim um governo.”

Quando foi dormir, Lugo contava, segundo as pesquisas, com uma taxa de aprovação crescente: em meados de 2011, cerca de

40% dos paraguaios consideravam seu governo bom ou muito bom. Em julho de 2012, a taxa chegaria a 60%. Acordou com o impeachment pendendo sobre sua cabeça. “Foi nesse momento que soube que ia acabar”, disse.

Cai o bispo

Quinta-feira, dia 21 de junho foi, efetivamente, o último dia do governo do primeiro presidente de centro-esquerda a chegar ao poder na história do Paraguai. A Câmara dos Deputados já discutia o juízo político a todo vapor; naquela mesma noite, elaboraria e apresentaria o libelo acusatório, documento de acusação que embasaria a destituição. Com base nele, o Senado votaria como juiz, no dia seguinte.

Naquela manhã, José Tomás Sanchez, ministro da Função Pública, participava de um seminário junto com outros membros do governo. Sanchez, que era o ministro mais novo, não se lembra bem sobre o que falou. Lembra-se apenas que o telefone não parava de vibrar. “Um monte de ligações do ministério. E o telefone de todo mundo vibrava. Renunciou o ministro liberal. ‘Nossa senhora’, eu pensava. Os liberais estavam renunciando, um a um, e a gente vendo aquilo, na mesa do debate, era um desespero.”

Os principais ministros liberais, como Enzo Cardoso, da Agricultura, e Humberto Blasco, da Justiça e Trabalho, renunciaram por volta das 11 horas.

Na embaixada brasileira, a ficha caiu naquele momento. Até então, o corpo diplomático tivera cautela para não acionar a cúpula do Itamaraty, entretida nas negociações da Rio+20, evento da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente que acontecia no Rio de Janeiro. “Achávamos que era só mais uma crise”, disse uma fonte do Itamaraty. “O que víamos era que não havia nenhuma relação direta do fato, entre o massacre de Curuguaty e o presidente.” Na quinta-feira de manhã, o alarme foi acionado. “Ao meio-dia eu liguei para a Dilma e o (Pepe) Mujica”, disse Lugo.

Na Rio+20, o chanceler paraguaio Lara Castro pediu uma reunião extraordinária da Unasul ali mesmo, no Riocentro. “A

verdade é que quando eu recebi a notícia, pelo telefone, não foi uma surpresa”, disse. As informações batiam com o tom de urgência repassado pela embaixada brasileira no Paraguai. A reunião foi presidida por Dilma Rousseff e contou com os presidentes José Mujica, do Uruguai; Rafael Correa, do Equador; Evo Morales, da Bolívia; Sebastián Piñera, do Chile; e Juan Manuel Santos, da Colômbia. Naquela mesma noite, uma delegação de chanceleres dos países que compõem a Unasul – Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela – aterrissou em Assunção.

“Eu expliquei a eles que havia elemento de um golpe de Estado”, lembrou Lara Castro. “Havia um processo tão acelerado que seria condenável pela cláusula de Ushuaia II”. A chamada “cláusula democrática”, assinada pelos presidentes dos países do Mercosul em dezembro de 2011, estabelece sanções aos países-membros em caso de ruptura democrática, desde a suspensão da organização até suspensão de tráfego aéreo e terrestre e de fornecimento de energia.

Lugo, como os demais presidentes, assinou a cláusula, mas, diante da reação do Congresso, jamais a enviou para sanção. “Depois que assinamos a cláusula, a campanha pelo impeachment foi permanente na imprensa. Foi um bombardeio em janeiro e fevereiro, houve uma ameaça constante”, disse Lara Castro. “Os jornais nos chamavam de traidores da pátria, pediam juízo político a Lugo e interpelação a mim.”

A cláusula de Ushuaia II, embora não tenha sido oficialmente sancionada, foi um dos cinco motivos, ao lado da matança de Curuguaty, apontados pela Câmara dos Deputados como causas da destituição. Foi também o instrumento usado pelos países vizinhos para suspender o Paraguai da Unasul e do Mercosul. Quatro meses depois, os deputados paraguaios a rechaçariam por ampla maioria, em clima de celebração.

Na TV, o embate final

Na noite da quinta-feira, 21 de junho, a Câmara dos Deputados apresentou a acusação formal que embasaria o impeachment. Lugo

foi notificado às 18h10, dando à sua equipe de defesa 17 horas, noite adentro, para preparar a argumentação. Ao meio-dia da sexta-feira, diante dos 45 senadores, teria duas horas para refutar as cinco acusações listadas no libelo acusatório.

Naquela noite, com o relógio em contagem regressiva, o deputado colorado Oscar Tuma, principal advogado de acusação, protagonizou um histórico embate com o advogado de defesa de Lugo, Adolfo Ferreiro, ao vivo, pela televisão. Foi o mais extenso debate sobre o juízo político, acompanhado com avidez pelo público paraguaio. Foi ali que Ferreiro teve tempo de expor seu principal argumento. “Quando se tem cinco acusações, duas horas para a defesa é um fuzilamento”, repetia, irritado.

Em reposta, calmamente, o deputado Oscar Tuma explicava que “um juízo político geralmente se faz quando há mortes”. “Nós podemos aguentar muita coisa, viemos aguentando muitas coisas que estão nos ‘causais’ da acusação, que se deram anos atrás. Mas quando existem mortes...”. Para Tuma, não havia outro responsável pelos traumáticos eventos de Curuguaty: “Se você me perguntar quem é responsável por todas as mortes, eu vou responder: Fernando Lugo é responsável por tudo que estamos vivendo”.

Ferreiro, renomado jurista, chegou a dizer que pouco se importava que se julgasse o presidente. Sua irritação crescia ao longo do debate, enquanto gesticulava avidamente. “Vamos ter menos de meia hora para defender cada acusação. Para discutir a responsabilidade de um acidente de trânsito que não tenha sequer feridos temos mais tempo aqui no Paraguai. Para responder a um processo comum, de descumprimento de um contrato para construir uma muralha, tenho 18 dias”.

“Repito, porque isso é grave: estamos destruindo a vigência dos princípios jurídicos ocidentais no Paraguai. Isso vai nos custar caro”, disse, exasperado. “Essa crise vai levar 20 anos para se solucionar”, concluiu.

“Lição a futuros governantes”

Com apenas nove páginas, o documento que fundamentou o impeachment de Lugo é impressionante (veja [aqui uma cópia](#)

autenticada). Segundo a Constituição paraguaia, promulgada em 1992, o presidente, ministros, o procurador-geral da República, o controlador-geral e os integrantes do Tribunal Superior Eleitoral podem ser destituídos pelo Congresso por “má gestão” – acusação usada contra Lugo. Os fundamentos apresentados foram cinco.

Primeiro, o Congresso acusou Lugo pela realização, em maio de 2009, do II Encontro Latinoamericano de Jovens pela Mudança, realizado no Comando de Engenharia das Forças Armadas. O fato, considerado gravíssimo e tachado como “ato político” no seio das Forças Armadas, causou ainda mais consternação porque os jovens alçaram uma bandeira de Che Guevara durante o encontro.

A seguir, o libelo listou o que chamou de “caso Ñacunday”, referindo-se a diversas ocupações de terras realizadas no distrito de mesmo nome, próximo à fronteira com Brasil e Argentina. O documento dizia que o governo de Lugo era “o único responsável como instigador e facilitador das recentes invasões de terra na zona”. A acusação remetia à questão fronteiriça. Após a promulgação de um decreto presidencial em outubro de 2011, que determinava que terras a 50 quilômetros das fronteiras não podem, por lei, pertencer a estrangeiros, o Congresso acusou o governo Lugo de ter “ingressado em imóveis de colonos, sob o pretexto de realizar o trabalho de demarcação da franja de exclusão fronteiriça”, mas na realidade para permitir que a Associação Nacional de Carperos (sem-terra) comandasse o Exército. A acusação, afinal, é de que Lugo “utiliza as forças militares para gerar um verdadeiro estado de pânico na região”.

Pior: o presidente “se mostrava sempre com portas abertas aos líderes dessas invasões” como José Rodríguez e Eulalio López, dirigentes da Liga Nacional de Carperos, e Victoriano López, líder camponês da zona de Ñacunday. Ao reunir-se com eles, na visão da Câmara de Deputados, Lugo estava “dando uma mensagem clara” sobre seu “incondicional apoio” a “atos de violência e comissão de delito”. Ou seja: a acusação contra Lugo era de manter diálogo com lideranças camponesas.

O terceiro ponto listado foi descrito, genericamente, de “crescente insegurança”. Segundo a Câmara dos Deputados, “ficou

mais que demonstrada a falta de vontade do governo de combater o Exército do Povo Paraguai (EPP) – a pequena guerrilha que se situava no norte do país. “Todos os membros desta honorável Câmara de Deputados conhecemos os vínculos que o presidente Lugo sempre manteve com grupos de sequestradores” da ala militar do EPP, prossegue o documento, sem mais detalhes.

Além disso, argumentou a Câmara, Lugo e seus ministros agiram de forma “absolutamente equivocada” ao tratar da matança de Curuguaty. O crime? “Tratar de maneira igual policiais covardemente assassinados e aqueles que foram protagonistas destes crimes” – os primeiros seriam os policiais e os segundos, camponeses.

A cláusula democrática de Ushuaya II foi descrita, em letras garrafais, como “UM ATENTADO CONTRA A SOBERANIA” do país. “A principal característica do Protocolo de Ushuaia II é a identificação do Estado com a figura dos presidentes para, em nome da ‘defesa da democracia’, defenderem uns aos outros.”

A seguir, veio o último e mais extenso ponto, a matança de Curuguaty, cuja introdução estabeleceu que o presidente “representa hoje o que há de mais nefasto para o povo paraguaio”.

“Não cabe dúvida que a responsabilidade política e penal dos trágicos eventos registrados recaem sobre o presidente Lugo”. Os deputados reiteraram sua certeza de que o conflito de Curuguaty foi premeditado, e de que as forças de segurança foram vítimas de uma “emboscada” armada no local.

Junto a essas gravíssimas suspeitas, que, se confirmadas, mais que justificariam o impeachment de um presidente em qualquer país democrático, a acusação não apresenta nenhuma – nenhuma – evidência. Explica o documento: “Todas as causas mencionadas acima são de pública notoriedade, motivo pelo qual não necessitam ser provadas, conforme o nosso ordenamento jurídico”.

Vai além. “Todas as evidências, que são públicas, demonstram que os acontecimentos da semana passada não foram fruto de uma circunstância derivada de um descontrole ocasional, pelo contrário, foram um ato premeditado, onde se emboscaram as forças da ordem pública, graças à atitude cúmplice do presidente da

República”, dizia a parte final da acusação. Que concluiu com um alerta: Lugo “não somente deve ser removido por juízo político como deve ser submetido à Justiça pelos fatos ocorridos, a fim que isso sirva de lição a futuros governantes”.

2

A destituição de Lugo, vista do palácio

A ordem do dia era condenar o presidente paraguaio; Lugo tinha informações de um plano para causar um derramamento de sangue na praça

O processo de impeachment contra Fernando Lugo teve início, formalmente, no dia 22 de junho de 2012. A notícia do juízo político – a versão paraguaia do impeachment – foi oficializada na noite anterior e timidamente alguns grupos começaram a chegar à Praça da Independência, no centro de Assunção, que fica diante do Congresso. Aos poucos a aglomeração foi tomando corpo; na manhã seguinte, antes do meio-dia, quando a defesa teria início, já reunia 10 mil pessoas.

“Nós nos autoconvocamos”, lembrou Katia María Gorostiaga Guggiari, uma jovem baixinha, de cabelos longos como a tradição política de sua família. Sobrinha-neta de um dos últimos presidentes liberais a governar o Paraguai, José Patricio Guggiari Corniglioni (1928-1932), Katia, contrariando boa parte da tradicionalíssima família – com quem rompeu relações – foi para a praça munida dos conselhos de um primo que havia vivido sob a ditadura de Stroessner. “O mais importante”, lembrou, “era ficar longe da entrada do Congresso quando anunciassem o resultado do juízo político, porque a polícia iria reprimir imediatamente”.

O que levou Katia à praça não foi apreço pelo ex-presidente Lugo, por quem ela mantinha indisfarçada antipatia. “Eu estava absolutamente ofendida com o que estava acontecendo. Passamos 17 anos de transição. Finalmente havíamos entrado na democracia e eles romperam com tudo em 24 horas”, disse. “Isso dói.”

Cinco meses depois, ela ainda guardava viva na lembrança o clima de tristeza daqueles dias. “Gente que não te conhecia vinha te abraçar e dizia ‘Tranquilo, não está tudo feito ainda...’”, disse ela, que passou boa parte do tempo enviando torpedos para senadores do Partido Liberal: ‘Meu tio-avô está se revirando no túmulo’. Os liberais, segunda maior força política do país, haviam fechado um acordo com seus inimigos de longa data, o conservador Partido Colorado, para levar adiante a destituição do primeiro presidente de centro-esquerda a chegar ao poder no país. “Depois disso, foram muitas horas... Foram muito poucas horas, mas parece que foi uma eternidade.”

Dentro do prédio do Congresso, a Ordem do Dia circulava desde o amanhecer daquela sexta-feira, detalhando os procedimentos do juízo político – e demonstrando que se tratava de um acordo mais que fechado.

O procedimento explicava que ao meio-dia haveria uma sessão para escutar a defesa do presidente ([veja aqui uma cópia do documento](#)). Às 14h30 se constituiria um tribunal para decidir a admissão das provas oferecidas pelos dois lados. Às 15h30 haveria uma sessão extraordinária para formular alegações, e, às 16h30, a sessão que ditaria a sentença. A Ordem do Dia descrevia até como seria o encerramento da última sessão: “Uma vez comprovados os votos requeridos se procederá a declarar o acusado culpável afastando-o do pleno direito de seu cargo”.

Nas 17 horas que teve para tentar refrear o juízo político, a equipe de defesa de Lugo impetrou um recurso de pedido de inconstitucionalidade na Corte Suprema de Justiça às 8h24 do dia 22 de junho, alegando que o direito de defesa não havia sido respeitado. A resposta chegou na segunda-feira seguinte, quando Federico Franco já comandava o país.

“Como se trata de um procedimento que tecnicamente não é jurisdicional, as garantias próprias do processo judicial, embora possam ser aplicáveis, não o são de maneira absoluta, mas parcial, com o objetivo de garantir o devido processo e o direito de defesa do acusado”, deliberou a Suprema Corte. E terminou por indeferir,

sem mais trâmites, o recurso de inconstitucionalidade ([veja aqui o documento](#)).

Outro recurso, pedindo a anulação do impeachment, no qual foi anexada a Ordem do Dia que determinava a condenação do réu, também foi negado meses depois. O principal argumento da Corte Suprema é que o impeachment, por se tratar de um procedimento político, não tem a obrigação de seguir as normas de um julgamento comum – como o direito à ampla defesa (leia [a íntegra do recurso e a decisão da Corte](#), a [sessão de atas do Congresso](#) e [o documento de condenação a Lugo](#)).

A manhã começou com uma frenética movimentação na residência presidencial, onde Fernando Lugo ficaria por mais algumas horas. Desde as 4 horas da manhã já se reuniam ministros, secretários e amigos próximos do ex-bispo. Decidiu-se que ele deveria ir ao Congresso para enfrentar as acusações. Depois voltaram atrás. No final, a comitiva seguiu para o Palácio do Governo, onde esperariam pelo resultado da missão de chanceleres dos países da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que chegara ao país na noite anterior, vinda da conferência Rio+20, depois de ligações pessoais de Lugo para Dilma Rousseff e José Mujica, presidente do Uruguai, pedindo ajuda.

Do interior chegavam, ainda, algumas lideranças camponesas que vinham dar seu apoio a Lugo. “Aí não tinha mais nada de trabalho institucional. Estávamos ajudando a arrumar as coisas para receber esses líderes que vinham do interior”, lembra José Tomás Sanchez, ex-ministro da Função Pública. A vinda dos líderes sociais, embora a conta-gotas, assustava o Congresso e foi tema do acalorado debate, na noite anterior, apresentado pelo canal Telefuturo, entre o advogado de defesa de Lugo, Adolfo Ferreiro, e o deputado colorado Oscar Tuma, principal advogado de acusação.

No programa ao vivo, o apresentador perguntou a Tuma se o rápido julgamento se devia ao temor de que houvesse manifestantes na rua, o que poderia gerar uma reação violenta – “o que todos nós tememos”. O deputado respondeu que sim. “Temos informações de que há mobilizações pagas, funcionários públicos que foram se

manifestar em frente ao Congresso com o único objetivo de desestabilizar esse processo.”

Os rumores circulavam também nas conversas que tomaram a manhã entre os representantes da Unasul e os principais líderes políticos do impeachment. Em reunião com os dirigentes do Partido Colorado, os chanceleres ouviram que o governo, “inviável”, tinha que acabar. “E que isso tinha que ser feito rapidamente porque supostamente Lugo havia chamado elementos subversivos e violentos”, segundo relato do ministro do Exterior argentino, [Héctor Timerman, ao jornal *Página 12*](#).

As informações de inteligência que chegavam ao Palácio do Governo diziam exatamente o oposto: havia um plano para provocar um choque violento na Praça da Independência, que aos poucos se enchia de pessoas. A ameaça remetia ao chamado “Março Paraguai”, em 1999 – naquele ano, sete manifestantes foram assassinados por franco-atiradores quando protestavam contra o governo de Raúl Cubas, na mesma praça.

“Havia gente infiltrada no meio dos manifestantes, para provocar um banho de sangue”, disse um militar que fazia parte da escolta pessoal de Lugo. Em uma das três entrevistas concedidas à **Pública**, o presidente deposto confirmou isso. “Nós tínhamos essa informação de inteligência, inclusive da polícia, de que queriam repetir o cenário do Março Paraguai de 99 e o mesmo cenário de Curuguaty. Assim o último responsável seria o Executivo, dando consistência ao argumento da destituição”, disse.

Algumas rádios populares haviam montado o equipamento de som no meio da multidão, com faixas de protesto e cartazes com os números dos celulares dos senadores e deputados – a ordem era mandar mensagens, com nome e sobrenome, pedindo o seguinte: “Votem com consciência e respeitem a democracia”. As rádios transmitiam, alternadamente, a música-símbolo do nacionalismo paraguaio, a polca *Pátria Querida*, e o julgamento no Congresso. “A praça estava cercada por baias de metal”, lembra Katia María. “Quando cheguei, policiais que estavam em volta da praça revistaram a minha mochila. Estava tudo controlado.” Pendia fresca,

sobre os manifestantes da praça, a dolorosa lembrança do Março Paraguaio.

Na mesma hora os chanceleres se reuniam com as lideranças do Partido Liberal. Segundo Timerman, sua principal preocupação era com a falta de tempo hábil para a defesa. Ouviram em resposta que deveriam ir embora do país. “Senhor, são 11 horas da manhã. Ao meio-dia começa o juízo político. Há algo que vocês podem me dizer para ajudá-los de modo que essa situação não se agrave?”, perguntou Timerman. “Não”, ouviu em resposta. “A Constituição estabelece formas de fazer o juízo político, não prazos.”

“Foram maltratados”, resume uma fonte do Itamaraty. “Afinal, era uma missão de ministros do Exterior, que foram até o Paraguai... E eles (os congressistas) falando que estavam fazendo tudo de acordo com a lei, que não precisavam provar nada...?”

Não apenas isso: naquela mesma manhã, Franco tomara a iniciativa de ligar para o embaixador brasileiro, na embaixada de Assunção, para conversar sobre o juízo político “em tom confiante”, segundo uma fonte do Itamaraty.

A ligação foi interpretada pelos governos vizinhos como prova da condenação antecipada de Lugo. “Franco chamou o embaixador do Brasil em Assunção para lhe dizer que naquela mesma tarde iria assumir como presidente. No Parlamento, ainda não havia se consubstanciado a acusação no Senado”, [contaria mais tarde o presidente uruguaio José Mujica](#), a respeito do telefonema.

Depois da fria recepção dos líderes de ambos os partidos, Timerman e o ministro brasileiro Antonio Patriota se reuniram, finalmente, com Federico Franco. Como nas outras conversas, os chanceleres alertaram que o Paraguai ficaria isolado se o impeachment fosse levado a cargo, sendo suspenso de organismos regionais como Unasul e Mercosul. O argentino perguntou se Franco considerava justo o procedimento. “No Paraguai um vice-presidente tem três tarefas: presenciar a reunião de gabinete, atuar como ligação com o Congresso e assumir em caso de doença, morte e destituição do presidente. Vou cumprir com a Constituição paraguaia”, respondeu o vice.

“Duas horas para preparar um juízo político te parece tempo suficiente?”, retrucou o argentino. “Somente Deus sabe o tempo que lhe dei”, retrucou.

A conversa com Franco também se encerrou sob a sombra de uma ameaça iminente de violência. Timerman prosseguiu: “Perguntei se, caso convencêssemos Lugo a pedir licença, eles lhe dariam seis meses para preparar a defesa. Foi aí que ele disse uma frase que já havíamos escutado de outros dirigentes: ‘Este governo é inviável. Aqui, a violência começa amanhã’”.

A última reunião

De volta ao palácio, no início da tarde, o entra-e-sai era constante e o clima, de incredulidade. No dia anterior, Fernando Lugo já havia comunicado à nação que se submeteria ao impeachment. Domingo Laíno, histórico membro do Partido Liberal, lembra que tentou arquitetar uma reação mais forte ao que chama de golpe armado pelo seu próprio partido. “Não aceite o que estão fazendo. Isso é inconstitucional! Que eles te arrastem para fora do palácio”, lembrou de ter dito. “Eu não sou Allende”, respondeu o presidente.

Muitos defendiam a resistência, inclusive alguns setores do Exército paraguaio. Pouco antes das 14 horas, Lugo, ainda presidente, convocou os chefes militares. Reuniram-se brevemente o comandante do Exército, Adalberto Garcete; o comandante da Marinha, almirante Benítez Frommer; da Força Aérea, Miguel Christ Jacobs; e o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Ángel Alcibiades Vallovera.

Discutiram a possibilidade de publicar um comunicado das Forças Armadas declarando lealdade ao comandante-em-chefe, o presidente. Depois de uma rápida discussão, a proposta foi abandonada. “Lugo falou desde o início que não ia resistir”, contou à **Pública** o general Adalberto Garcete. No final da reunião, segundo fontes militares, o presidente decretou: “Eu sou um mártir da história”.

Os três comandantes permaneceram no palácio, aguardando a ordem de retirada – que demorou a ser dada. Enquanto estavam ali,

foram procurados pelo então chanceler da Venezuela, Nicolás Maduro. O encontro, que não durou mais que alguns minutos, rendeu uma investigação do Ministério Público a respeito de uma suposta tentativa do venezuelano de incitar um golpe militar, nos primeiros dias do novo governo. Com grande estardalhaço, a imprensa nacional e internacional acusou Maduro de sugerir uma sublevação militar.

Interrogados pela Fiscalía, órgão investigador do Paraguai, os comandantes do Exército e da Marinha negaram; Miguel Christ Jacobs, então comandante da Força Aérea, confirmou a história. Dois meses depois, foi nomeado comandante das Forças Armadas. Os outros dois foram transferidos para a reserva pouco depois de seus depoimentos.

A possibilidade de uma reação, fosse política ou militar, foi também tema da última reunião do gabinete de Lugo, naquela tarde. Estavam todos os ministros, incluindo os liberais, os assessores jurídicos e secretários.

Segundo relatos, Lugo levantou as possibilidades que se apresentavam, ouvindo muito, no seu estilo hesitante que lhe rendera tantas críticas durante todo o governo. Lembrou que não haveria respaldo internacional a uma resistência armada. Uma vez que tivesse tomado posse o novo governo, seria fácil desmobilizar setores do Exército, que teriam que se submeter ao novo comandante-em-chefe, Federico Franco. Abatido, Lugo resignava-se. “Pela minha formação, acadêmica, espiritual, sou contra todo tipo de violência. A história política do Paraguai sempre foi violenta”, lembrou ele, na terceira entrevista à **Pública**, dois meses depois daquela tarde. “Creio que passarei à História como alguém que exerceu uma presidência dentro do marco pacífico, em todos os sentidos, e que não incitamos nenhum tipo de violência, viesse de onde viesse.”

Outra opção seria renunciar – houve um pedido oficial da Igreja, através da Conferência Episcopal Paraguaia, para que Lugo o fizesse, para “evitar um derramamento de sangue”. O ex-bispo negou-se. Dois meses depois, a Igreja pediu desculpas. “Por todo tempo, Lugo disse que não queria derramamento de sangue, que tínhamos que

entregar o governo com organização”, disse a ex-ministra de Saúde, Esperanza Martínez. “Ele disse que não ia fugir, pedir asilo, que ia ficar no país e resistir por todos os meios possíveis.”

Ao final da reunião, Fernando Lugo assistiu pela televisão à votação do fim do seu governo. Quando chegou a 30 votos, o quórum necessário, manteve o silêncio sepulcral. “Tinha cara de pena”, contou o fotógrafo presidencial Rafael Urzúa.

“Vimos a votação pela televisão, e, quando terminou a destituição, dissemos: ‘Presidente, vamos embora porque não queremos estar aqui quando Franco assumir’, lembra o chanceler Timerman. “A Argentina oferece asilo a qualquer um que solicite”, disse.

Na praça, os manifestantes rodearam a rádio para ouvir a contagem. “As pessoas estavam abraçadas em volta da caixa de som. Contando. Até que chegaram a 30 votos... Aí acredito que começamos a cantar *Pátria Querida*. E chorávamos”, lembra Katia María.

Em poucos minutos começaram a estourar as bombas de gás lacrimogêneo. “Fiquei muito impressionada, porque nunca tinha vivido isso. Uma amiga me agarrou e me puxou, senti o cheiro do gás e comecei a correr.” Na corrida, derrubaram as baias de metal, até chegarem à escadaria diante da Catedral de Assunção. Ali se reuniu grande parte dos manifestantes durante as horas da noite. As portas da catedral estavam fechadas.

Ao cair da noite, os assistentes de Lugo começaram calmamente a retirar os seus pertences do palácio. Muitos ministros já haviam partido. O ex-presidente gravara, pouco antes, um comunicado oficial no qual negava a legitimidade do juízo político, mas deixava claro que o acataria. Federico Franco tomou posse pouco depois.

“Ver ali os ajudantes do presidente tirando as coisas, as despedidas, ver o presidente dando adeus pro pessoal do palácio, os assessores de segurança... Fumar um último cigarro aí na varanda, olhando para o Rio Paraguai... E ver, pela sala, o presidente vendo o fim pela televisão... Foi muito triste”, lembrou o ex-ministro da Função Pública, José Tomás Sanchez.

Na praça, a multidão se dissipava. Dois meses depois, em entrevista à **Pública**, a voz do chefe de gabinete da Presidência, López Perito, tido como homem forte de Lugo, ainda fraquejava com a lembrança. “As pessoas esperavam que o presidente não aceitasse... E depois veio a decepção quando dissemos a essas pessoas ali na praça: ‘Vocês têm que se retirar porque o presidente vai entregar o governo’”, disse. “Eu me senti muito mal. Parecia tudo muito absurdo, que se perdesse o governo dessa maneira tão miserável. Senti que falhamos com as pessoas.”

Às 18 horas, relembra Timerman, os chanceleres saíram em direção ao aeroporto. “Nos abraçamos e fomos embora. Havia pouca gente na rua”.

O novo governo

Meses depois, Federico Franco governava sob grandes dificuldades, entre uma economia estagnada, o contínuo isolamento internacional sofrido pelo Paraguai – o país foi suspenso da Unasul e do Mercosul semanas depois do impeachment – e escândalos de corrupção – há denúncias que sua [renda pessoal aumentou sete vezes enquanto era vice](#). Nas pesquisas de opinião, o governo Franco perdia feio em popularidade para Lugo e a [desconfiança no liberal chegava a 55%](#). Mesmo assim, seu governo estava longe da letargia. Em poucos meses, deu uma guinada radical nas políticas de governo, varrendo do mapa os principais pontos incômodos da administração Lugo.

Um exemplo é a luz verde que foi dada às negociações com a gigante canadense de alumínio Rio Tinto Alcán para a exploração do metal, permitida por [um decreto promulgado no começo de julho de 2012](#) e elaborado pelos ministérios da Fazenda e Indústria e Comércio. Segundo Esperanza Martínez, ex-ministra da Saúde, o forte lobby da Rio Tinto dividia o governo Lugo, por enfrentar forte resistência dos setores progressistas: para eles, significava ceder o uso de “quase uma turbina e meia de Itaipu” para a empresa privada.

No começo de agosto de 2012, o novo Ministério da Saúde acelerou o processo de aprovação do milho transgênico VT3PRO, da

empresa Monsanto, que aguardava na fila do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e Sementes (Senave), comandado no governo de Lugo pelo engenheiro agrônomo Miguel Lovera, ligado aos movimentos camponeses – e, depois, chefiada por um empresário do ramo de agroquímicos, [Jaime Ayala, presidente da companhia Pacific Agrosiences](#).

Durante a gestão de Lovera, barrou-se qualquer nova liberação de espécies transgênicas – a soja já estava liberada. O ex-ministro justifica: “A única coisa que apresentavam eram os testes de campo de eficácia agrônômica. Não haviam sido feitos testes locais sobre o potencial alergênico, tóxico e de contaminação. Eram apenas pesquisas fornecidas pelas empresas”. Em agosto, Federico Franco assinou um [decreto que diminuiu as exigências de estudos ambientais prévios](#) para liberar transgênicos e outro permitindo a importação de sementes transgênicas do Brasil e da Argentina.

Além disso, em 30 de agosto de 2012, a nova direção do Senave [revogou a Resolução 1160](#), que ditava normas para a aplicação de agrotóxicos, estabelecendo a necessidade de autorização para a realização de fumigações aéreas e terrestres e de avisar aos vizinhos com 24 horas de antecedência, indicando produtos a serem utilizados e grau de toxicidade. A nova direção também extinguiu uma secretaria de participação cidadã, que tinha equipes de campo para dar assistência aos pequenos produtores, intermediar conflitos de terra e servir como um canal direto com o governo.

Foram, no total, 120 funcionários demitidos do Senave, segundo [denúncia apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos](#) em outubro daquele ano. Além do Senave, uma coalizão de organizações de direitos humanos denunciou grandes demissões em diversos órgãos do governo, como na parte paraguaia da hidrelétrica de Itaipu, voltadas para funcionários afins com as políticas do governo Lugo. Outros órgãos, como o Indert – equivalente ao nosso Incra – e a Secretaria de Ação Social também fizeram muitas demissões, [segundo um levantamento feito pelos próprios trabalhadores](#).

3

Curuguay, a matança que derrubou Lugo

*A 'Pública' revisou a investigação oficial
e visitou camponeses acusados de
emboscar a polícia, no conflito que justificou
o impeachment do presidente paraguaio.
O descaso é arrepiante*

Outubro de 2012. Atrás das grossas e enferrujadas grades da penitenciária nacional de Tacumbú, na capital paraguaia, Assunção, em meio a mais de 3 mil detentos – a lotação é de 1,5 mil – Rubén Villalba carregava um peso infinito. Baixinho, barrigudo, de olhos pequenos e pele morena típica do interior paraguaio pros lados do Mato Grosso do Sul, ele é acusado de ser o principal causador da matança de Curuguay, um dos motivos apresentados para a destituição do presidente eleito Fernando Lugo em junho de 2012 pelo Congresso.

Contra Villalba pesava não apenas o papel que lhe é atribuído na História, do qual tentava desesperadamente fugir, mas a realidade de que está sozinho. Nunca houve na imprensa paraguaia uma só voz que o defendesse; os demais dirigentes da ocupação de sem-terra que, como ele, decidiram resistir à reintegração de posse no dia 15 de junho estão mortos; sua esposa estava em prisão domiciliar a 400 quilômetros com o filho de 7 meses. Todas as evidências consideradas pela investigação da Fiscalía, espécie de Ministério Público do Paraguai, sobre o massacre apontavam para ele. O então presidente do seu país, Federico Franco, chamou-o de assassino e afirmou que ele protagonizou uma emboscada a policiais que resultou na morte de seis deles. No dia, morreram também 11 camponeses.

Sua captura, naquele mesmo outubro de 2012, não foi celebrada apenas pelo presidente. “Claro que me golpearam quando fui preso”, contou à **Pública**, no seu espanhol misturado com guarani, enquanto se esquivava do olhar dos guardas num canto do presídio – ele estava terminantemente proibido de falar com a imprensa. “Havia muita tortura psicológica, ‘Você é o que matou fulano, você é do [grupo guerrilheiro] EPP’, diziam. Me subiu em cima do meu lombo, nas minhas costas e disse ‘urra’, me parece que eu era um troféu, me parece...”

Foi nesse momento que Villalba começou a chorar, ao relatar o pouco que lembrava da desocupação do terreno de 2 mil hectares. Não eram incomuns as desocupações do tipo, nem que os sem-terra decidissem resistir à tentativa de reintegração de posse, como fizeram Villalba e os outros dirigentes. O fato de que o grupo possuía escopetas de caça (entre 17 e 20) também era algo comum em desocupações, segundo muitas testemunhas ouvidas pela **Pública**, entre policiais, camponeses, jornalistas, militares. Mas tudo o que se seguiu foi absolutamente incomum.

“Eu esperava que fosse haver uma conversa ou que fossem apresentar um título de propriedade, ou para falar com a Fiscalía e outras autoridades mais”, lembrou Villalba. “O companheiro Pindu, esse companheiro Avelino Espínola, esse que conversava, ele pedia documentos da propriedade. Quando começaram os disparos eu recebi o primeiro disparo. Me fui ao chão e não entendi mais nada, estava inconsciente”. No meio do tiroteio, Rubén Villalba foi acudido por outro integrante da ocupação – “Nossos companheiros já morreram todos”, lembrou-se de ter ouvido – e ficou escondido em uma região montanhosa até ser capturado, três meses depois.

Próximo dali, na ala hospitalar do centro de detenção, de nome “Esperança”, está Néstor Castor, outro dos cerca de 70 sem-terra que ocupavam as terras conhecidas como Marina Cué. Embora contra ele não pese a acusação de ter provocado o massacre, Castor carrega uma repugnante ferida; o lado esquerdo do seu maxilar foi destruído por uma bala, e desde aquela manhã seu rosto ficou parcialmente desfigurado. Na época da entrevista, a parte inferior era amarrada por uma espécie de aparelho dentário com elásticos.

Néstor tinha dificuldade para falar e comer – ainda se alimentava à base de líquidos. Sua operação só foi realizada no dia 23 de novembro, cinco meses depois do ferimento.

Castor foi preso no dia seguinte ao confronto, quando procurou um hospital em outro município, depois de fugir do fogo cruzado. Em poucos minutos chegaram os policiais. “Me sentia mal, e uma vez os policiais me amarraram na cama. Eu não podia sair, não podia nem ir ao banheiro.” A enorme dificuldade de falar vencia, e, no momento da entrevista, Castor também chorava.

Mas a dor não era só física. Castor carregava a culpa de ter inadvertidamente dedurado todos os seus companheiros. Dias antes do conflito, ele escreveu de próprio punho uma lista com o nome daqueles que ocupavam o terreno, “para pedir alimentos à Secretaria de Emergência Social” do governo federal. A lista, encontrada pela polícia, é uma das principais peças da investigação conduzida pela Fiscalía. Todos os que constam nela – estivessem ou não na hora do conflito – tiveram prisão preventiva decretada e são acusados de homicídio doloso agravado, tentativa de homicídio, lesão grave, associação criminal, coação grave e invasão de imóvel alheio.

Indiciar indiscriminadamente todos os nomes registrados numa lista rabiscada a caneta não é a única fragilidade da investigação sobre um dos eventos mais importantes da história recente do Paraguai. Na verdade, toda a investigação foi muito criticada pela opinião pública.

Mesmo depois de o relatório da investigação ser concluído em outubro de 2012, não se sabia o resultado dos exames de autópsia, nem o dos de balística. Das cinco escopetas apreendidas, supostas armas do crime, apenas uma se mostrou capaz de atirar; dezenas de invólucros de balas automáticas simplesmente desapareceram. Há indícios de adulteração da cena do crime e dos cadáveres; uma arma apareceu do nada; depoimentos anônimos; e policiais que mudaram suas versões.

A investigação, em si, foi conduzida por um jovem integrante da Fiscalía, Jalil Rachid, de 33 anos, filho de Bader Rachid Lichi, ex-presidente do Partido Colorado, assim como o empresário Blas

Nicolás Riquelme, que usava o terreno e desde 2004 reivindicava na Justiça a sua posse, pedindo a retirada dos sem-terra.

Riquelme, empresário para uns, grileiro para outros – a Comissão da Verdade sobre a ditadura de Stroessner apontou irregularidades em terrenos que adquiriu no período – faleceu dois meses depois do massacre, de uma complicação neurovascular. Foi enterrado com honra e glória, o “Don Blas”, homenageado no mesmo Congresso que destituiu Fernando Lugo e na sede do Partido Colorado – o mesmo que votou em peso pelo impeachment.

Viagem a Curuguaty

A **Pública** viajou até a região de Curuguaty no segundo semestre de 2012 para tentar entender o que se passou naquele 15 de junho. Ouviu diversas testemunhas – de um chefe policial a camponeses foragidos – e encontrou, em pouco mais de dois meses de investigação, um dos invólucros – que a Fiscalía afirma não existirem – de uma bala 5,56 usada em fuzis M16, que estava no local do conflito.

Para chegar até a humilde casa de uma família que tem três filhos entre os acusados da matança, foi preciso comer terra. Foram 40 minutos de estrada asfaltada e uma hora de chão batido em um pequeno ônibus que faz a rota local, e depois mais 40 minutos de moto – o único transporte acessível aos moradores da pequena comunidade que conquistou o sonho da terra ao ocupar, no final da ditadura de Stroessner, terrenos que o Estado ditatorial havia doado a fazendeiros – as “terras mal havidas”.

A dona do casebre de madeira, uma enfermeira, levava comida até o acampamento conhecido como Marina Cué, onde dois dos seus filhos estavam acampando. Quando soube que haveria uma desocupação, apoiou o filho, Pedro (o nome é fictício), que decidiu ficar. A filha, uma moça bonita de 26 anos com nariz grosso e dentes separados, ficou só 15 dias na propriedade e saiu. Ficou sabendo do massacre pelo rádio. Mesmo assim, por ter tido seu nome na lista encontrada pela polícia, está acusada de assassinato.

Pedro, que estava um pouco afastado do local onde começou o tiroteio, lembra de ter escutado o primeiro disparo. “Ouvimos um

barulho, demos uma volta e olhamos para o outro lado. Aí saímos correndo pelo pasto, nos escondemos na baixada ao lado de um riozinho”, disse. Junto com outros sem-terra, ele então correu para um monte onde ficou até as 5 horas da manhã do dia seguinte, quando retornou para casa e se tornou foragido da Justiça.

A família não sabe, mas nos dias anteriores à desocupação travou-se uma pequena batalha dentro da Polícia Nacional, que acabaria selando seu destino. Segundo um chefe policial que participou da operação – cujo nome não será identificado a seu pedido – a polícia sabia que entre os camponeses havia escopetas. “Eu disse isso inclusive ao comandante [da polícia, Paulino Rojas], que se levasse mais tempo [para entrar ali] porque era perigoso, porque, se morre um policial, a cabeça do comandante também cairia. E, se morre um camponês, a mesma coisa”, explicou o policial, que participou das discussões de cúpula. “Eu lhe disse que enviasse mais gente de inteligência para o lugar para obter mais dados, para que houvesse mais informação [antes de agir]”. Segundo ele, outros chefes policiais também queriam protelar a desocupação, que afinal aconteceu sob pressão da Fiscalía.

“Eu disse ao comandante, quem está por trás disso? Por que querem tanto fazer isso se temos tempo para cumprir a ordem de desocupação? Podíamos ter levado um ano inclusive... Podíamos argumentar que a polícia não estava em condições de operar, podíamos dizer muitas coisas”. O seu relato é corroborado pelo depoimento de um policial do Grupo Especial Operativo (GEO), que consta na investigação oficial, à qual a **Pública** teve acesso.

Segundo ele, Erven Lovera, comandante do GEO, também queria protelar a desocupação. “O chefe Lovera não queria fazer esse procedimento. Ele tinha esse fim de semana livre e queria passar o Dia dos Pais com seus filhos em Assunção. Procurou todos os lados para suspender, chamava de cá para lá, mas de todos os lados havia muita pressão de que se tinha que fazer esse procedimento de qualquer maneira.” Lovera foi o primeiro policial a ser morto. Era irmão do chefe de segurança pessoal do então presidente Fernando Lugo.

Do ponto de vista do governo, porém, a atenção deveria ter sido redobrada – e não foi. Isso porque havia informações sobre a possibilidade de armar-se um conflito, um teatro, na região, que chegaria a altas autoridades do governo Lugo. Miguel Lovera, então diretor do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e Sementes (Senave), conta que recebeu informações já em abril. “Eu já havia ouvido rumores semelhantes antes, mas essa informação veio completa. Certos elementos de reputação muito negativa haviam sido vistos na área. Matadores. Gente a serviço dos donos de terra. Bom, a questão não era apenas que havia ali elementos suspeitos; o rumor já era completo. A informação era: querem produzir um derramamento de sangue para levar Lugo a um juízo político e tirá-lo do poder”, disse Lovera.

Outras fontes no governo Lugo confirmam que, meses antes, houvera uma situação semelhante, durante a desocupação de um terreno em Ñacunday, ocupado por cerca de 8 mil famílias sem-terra. Na ocasião, os camponeses foram transferidos para um terreno vizinho, sob intensa crítica da imprensa nacional. “Quando ocorreu o caso Ñacunday, nós denunciámos que havia armas de guerra, que havia grupos que vinham se infiltrando e que iam usar qualquer ação da polícia para responder. Gerou-se uma situação muito delicada que eu lamento que não tenha sido levada suficientemente a sério, porque faz tempo que gente que quer desestabilizar o governo está buscando provocar esse tipo de fato”, afirmou à imprensa Miguel López Perito, chefe de gabinete de Lugo, no dia seguinte ao conflito de Curuguaty. O líder camponês José Rodríguez, presidente da Liga Nacional de Carperos, confirmou: “O fiscal geral do Estado, Javier Díaz Verón, e o próprio presidente da República, Fernando Lugo, foram advertidos, mas não tomaram as precauções correspondentes.”

No caso de Curuguaty, a reintegração foi realizada, embora não houvesse mandado legal para isso. A ordem, emitida pela fiscal Ninfa Aguilar, extrapolou a ordem judicial emitida pelo juiz José Benítez, que era de “allanamiento”, uma espécie de “averiguação” para verificar se havia pessoas armadas ou invasores. Ninfa Aguilar, que esteve durante anos à frente da Fiscalía regional, fez repetidos

pedidos de reintegração de posse ao longo dos anos. Sua ligação com Don Blas é conhecida, segundo um relatório da organização Plataforma de Estudo e Investigação de Conflitos Camponeses (PEICC), que fez uma investigação independente e paralela sobre o caso. Ela teria atuado como advogada dele em processos de requisição de posse da terra.

O começo

No dia 14 de junho de 2012, já estavam na região 324 oficiais da Polícia Nacional de quatro chefaturas de polícia locais, além do GEO, da força de elite da polícia (Fope), da polícia montada, antimotins e de um helicóptero Robinson, para cumprir a ordem de Ninfa Aguilar.

Às 7 horas da manhã, todo o contingente já estava a postos. Erven Lovera sobrevoou a área com o helicóptero para fazer o primeiro reconhecimento e averiguou que os camponeses tinham armas. Então a força entrou dividida em duas, cada uma por um lado do terreno ocupado.

Roberto – o nome é fictício –, outro camponês procurado pela polícia, estava no assentamento para dar apoio a seu filho de 18 anos, que almejava um lote de terra. “Cedinho pela manhã o helicóptero já estava sobrevoando a estância. Havia um grupo com escopetas e um grupo com facões. Nós estávamos com facões. Quisemos falar com eles, mas não havia conversa possível”, afirmou.

Do alto, o helicóptero gritava pelo megafone para que saíssem do local e acionava uma sirene altíssima. “Me surpreendeu a quantidade de policiais, porque havia muitas crianças e nós pensávamos que íamos só conversar”, disse Rubén Villalba, cuja esposa e o filho, então com 3 meses, estavam no local na hora em que começou a confusão.

Roberto lembra-se do momento exato em que avistou a primeira fila de policiais. “Chegaram, abriram o portão e entraram. Eu não ouvi muito bem porque estava no meio, mas vi quando entraram. Teve um senhor que foi conversar com eles, pedindo para ver o título da terra. Nisso, escutei os disparos vindo do outro lado.”

O motivo da insistência dos sem-terra para ver o título da propriedade do terreno era simples: o tal título não existe. Desde 2004, o terreno é objeto de um tremendo imbróglio jurídico que tem, de um lado, a empresa Campos Morumbi S.A., do falecido Blas Nicolás Riquelme, e, do outro, o Indert, o Instituto de Terras paraguaio.

O terreno foi doado em 1967 para a Marinha do Paraguai pela empresa Industrial Paraguaya. Em 2004, a terra foi transferida oficialmente ao Indert. “Foi quando o poder Executivo, por um decreto, declarou o terreno de interesse social e o destinou para reforma agrária”, explicou Ignácio Vera, ex-diretor regional do Indert. Pouco depois, a empresa Campos Morumbi entrou com um pedido de usucapião – e o pedido foi acatado na Justiça local. Ao mesmo tempo, Blas Nicolás Riquelme entrou com outro pedido na Justiça, para transformar o terreno – totalmente desmatado e com plantações de soja – em uma reserva natural. Esse pedido também foi acatado, e o terreno foi registrado como Reserva Natural Campos Morumbi.

“Houve uma cumplicidade de vários funcionários do Indert e da Escrivania Maior do governo para adquirir a terra de maneira irregular e depois encobrir a manobra”, disse Ignácio Vera. Desde o período o Indert recorria da decisão, tendo feito reiterados pedidos para que não se expulsassem os sem-terra, pois o terreno já deveria ter sido destinado à reforma agrária – como mostra um documento dirigido pelo assessor jurídico à Fiscalía em agosto de 2011. Os pedidos do Indert seguiam sendo ignorados pela Justiça local, e a pretensa propriedade de Riquelme era evocada em todas as ordens de desocupação, como mostram documentos revisados pela **Pública** (veja aqui, aqui e aqui).

No dia 4 de janeiro de 2012, a comissão permanente da Câmara dos Deputados, em sessão ordinária, emitiu uma decisão instando o ministro do Interior do governo Lugo, Carlos Filizzola, a cumprir a demanda da mesma fiscal Ninfa Aguilar, que pedia a desocupação do terreno de 2 mil hectares que, segundo ela, pertencia à empresa Campos Morumbi.

A decisão foi resultado de um pedido feito pelo deputado colorado Oscar Tuma para que o Congresso desse uma forcinha à fiscal. O motivo alegado para uma intervenção de alto nível – engatilhada pelo próprio Congresso Nacional – seria a preservação do meio ambiente. “Quero ressaltar que essa massa de bosque é valiosa para a República do Paraguai, porque na zona se geram 60% dos mananciais do Rio Acaray”, escreveu Tuma, no requerimento (clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler).

Seis meses depois, o mesmo Tuma foi o principal advogado da acusação a Lugo realizada pelo Congresso. “Um juízo político geralmente se faz quando há mortes”, declarou ele, na televisão, na véspera do impeachment. “Nós podemos aguentar muita coisa, viemos aguentando muitas coisas que estão entre as causas da acusação, que se deram anos atrás. Mas, quando existem mortes...”.

O Estado, cativo

Na região de Canindeyú, o então diretor do Indert, Ignacio Vera, era próximo dos movimentos camponeses – próximo demais, na visão da polícia e de fazendeiros da região. Tanto que, no dia 15 de junho, em que ocorreu o confronto, teve que sair fugido do local, sob ameaça de morte. O relato oficial que Vera enviou ao seu superior no Indert revela a fragilidade do Estado paraguaio, que pouca autoridade mantém na região fronteiriça.

“Fui fazer a verificação no lugar mencionado, chegando aproximadamente às 11 horas. Em um controle policial sobre a estrada de asfalto perguntei a direção exata para chegar ao lugar dos fatos juntamente com um veículo do Ministério da Saúde”, escreve Ignacio Vera. “Ao sair em um caminho transversal, tomamos um atalho que não era correto e, nesse ínterim, recebi uma chamada pelo telefone para que saísse da zona porque os policiais estavam planejando me matar, especificamente os do GEO (operações especiais). Fomos ao acampamento deles e comentamos com uma policial a gravidade do caso, que se tinha que evitar o enfrentamento entre paraguaios; ao sair da propriedade, onde havia várias pessoas e policiais, apontaram-me as escopetas e disseram-

me que saísse dali porque era por minha culpa que estava acontecendo o enfrentamento.”

Vera relembra que saiu correndo do local, com o consentimento de seus superiores no governo federal. Teve que deixar a caminhonete do Indert na sua casa e contar com a ajuda do seu irmão, que o levou, junto com a família, para o município de Caaguazú. “Estava muito preocupado com a situação, porque já compreendi que era um problema de perseguição política, e que podia haver violência em qualquer parte”, disse, em entrevista à **Pública**. Vera ficou alguns dias escondido até poder voltar à região. Um mês depois, já sob o novo governo, do liberal Federico Franco, foi afastado da direção do Indert.

Miguel Lovera, diretor do Senave, também visitou a região naquele mesmo dia – e também teve que ir embora rapidamente. “Eu me comuniquei com os outros ministros, e consultei se devia ir pra Curuguaty, e, como não tive respostas, fui para lá e me reuni com dirigentes camponeses. Eles estavam com muito medo, acreditavam que a matança ia continuar. Temiam muito pela minha integridade física. Pediam para que eu não saísse às ruas, ‘não saímos e esperamos o que vai acontecer’, me diziam”.

Pouco depois, a ministra de Saúde, Esperanza Martínez, considerada a ministra forte do governo Lugo, chegou a Curuguaty para prestar assistência às vítimas. O cenário que encontrou, segundo contou em entrevista à **Pública**, era desolador. “Quando cheguei, a polícia estava rodeando o hospital porque havia uma ameaça de que os camponeses iam invadir para levar os corpos dos seus parentes. Os jornalistas andavam livremente nos corredores”, lembrou. “Os cadáveres dos camponeses estavam todos jogados, ao lado da entrada, e os dos policiais estavam em um quarto nos fundos, resguardados. Depois me inteirei que a polícia somente transportou, nos aviões que chegaram de tardezinha, os policiais feridos e mortos até Assunção, onde se faria a autópsia.”

Esperanza lembra do pânico de um funcionário do seu ministério. “Um profissional de saúde me ligou, ‘Vai escurecer, ficaram para trás todos os cadáveres dos camponeses e eu tenho medo que sejam levados embora’”, lembra. “Aí eu liguei para o fiscal

geral do Estado e lhe disse que me parecia muito suspeito que somente se levassem os cadáveres dos policiais e não dos camponeses. Como se vai investigar? Disse que eu ia fazer uma denúncia internacional.” Ao final, os cadáveres dos camponeses foram levados nas ambulâncias do ministério para poderem passar pela autópsia no dia seguinte. Até meados de novembro de 2012, os resultados não eram conhecidos.

Naquele mesmo dia, Esperanza teve que voltar correndo a Assunção – “já estavam falando do juízo político no Congresso”, disse –, mas tentou, ainda, ajudar alguns moradores com quem teve uma rápida reunião. “Falamos com camponeses, e eles diziam que muita gente estava sendo presa simplesmente por perguntar sobre os feridos.” Não conseguiu fazer nada nos dias seguintes, engajada nas negociações políticas para evitar a destituição de Lugo. Esperanza foi, junto com o chefe de gabinete López Perito, a única ministra a ser mencionada nominalmente no libelo acusatório apresentado pelo Congresso para destituir Fernando Lugo. Os deputados afirmaram que os ministros agiram de forma “absolutamente equivocada” em Curuguaty, ao “tratar de maneira igual policiais covardemente assassinados e aqueles que foram protagonistas destes crimes” – ou seja, os camponeses.

Ainda em Curuguaty, na tarde do dia 15, o jovem Miguel Ángel Correa, de 20 anos, técnico do Ministério de Agricultura, foi preso ao chegar ao hospital municipal, onde buscava saber sobre o parente de um amigo seu, ferido durante o conflito. Segundo [denúncia da Anistia Internacional](#), Miguel Ángel não foi só preso, mas torturado pela polícia: na cadeia Coronel Oviedo, apanhou e foi ameaçado de morte.

Embora não tenha colocado os pés no local onde ocorreu o crime, seu nome consta no duvidoso relato policial como tendo sido detido por ter relação com a ocupação (clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ver). Por conta disso, os primeiros pedidos do seu advogado para que fosse solto – por não ter absolutamente nada a ver com o fato – foram negados pelo juiz ([leia o recurso da defesa](#)). Ele só foi solto um mês depois.

Outros camponeses presos pela polícia tiveram sorte pior, como Felipe Neri Urbina, detido quando tentou acudir um sem-terra que havia sido baleado no tórax e que tentava escapar pela estrada Rota 10. Ou Lucia Aguero Romero, empregada doméstica que passava alguns dias com seu irmão em um casebre de madeira no terreno ocupado, cuidando do trabalho doméstico. Os dois permaneciam presos no final de 2012. “Às 8 horas aproximadamente, vi que vinham muitos policiais ao longe e saí de casa para especular; encontrei um senhor com seu filhinho, cujo nome não lembro, que perguntou se eu podia cuidar da criança para ele ir escutar o que os policiais diziam, deixando comigo o menino”, contou Lucia, em depoimento que consta da investigação da Fiscalía. “Logo depois de meia hora, mais ou menos, escutei vários disparos, jogando o menino no matagal (...) quando quis me aproximar, me feriram na coxa esquerda e, quando me atirei em cima do menino para protegê-lo, a polícia chegou e me agarrou.” (clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler)

Lucia, junto com outros camponeses, permaneceu em greve de fome por quase 60 dias, em protesto contra a prisão preventiva sem provas nem julgamento, que se prolongava por cinco meses no final de 2012. O estado de saúde dos grevistas era débil – alguns tinham perdido mais de 20 quilos – e eles chegaram a ser transferidos para um hospital para receber tratamento forçado. Pouco depois, foram autorizados a cumprir sua prisão em domicílio. A situação dos presos gerou protestos na capital, Assunção, em que dezenas de manifestantes acamparam diante da Fiscalía Geral. Mas, às 4 horas da madrugada do dia 22 de novembro, os manifestantes foram acordados com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha e expulsos do local. Em nota, a polícia afirmou que a ação se realizou porque “uma via pública não pode ser bloqueada”.

Os furos da investigação

Uma cápsula de projétil dourada, feita de latão militar, com 9,5 milímetros de diâmetro, pode ser a evidência definitiva de que a investigação de Jalil Rachid está desconsiderando muitos elementos cruciais.

No dia 2 de outubro, em uma coletiva de imprensa, Rachid divulgou a conclusão da Fiscalía, de que os agentes policiais caíram em uma emboscada “previamente preparada e planejada” por sem-terra armados com rifles, escopetas, foices e machados. Rachid afirmou também que Rubén Villalba era o principal responsável pela tragédia.

Em pouco mais de dois meses de investigação, porém, a **Pública** teve acesso à cápsula de uma bala 5,56, utilizada em fuzis M16 e carabinas M4 – armas usadas tanto por grupos de elite das forças de segurança do Paraguai como por traficantes que agem na fronteira com o Brasil, onde se transporta desde maconha e eletrônicos até agrotóxicos.

A cápsula foi, segundo testemunhas, encontrada no terreno de Marina Cué pouco depois do conflito. Trata-se de uma cápsula de bala fabricada em 2007 em Lake City Army Ammunition Plant (LCAAP), um complexo militar pertencente ao governo americano em Salt Lake City, no estado de Utah, administrado pela empresa militar privada Alliant Techsystems (ATK).

A ATK exporta armas e munições para o Paraguai pela empresa SAKE SACI, segundo registros do governo americano compilados pela consultoria Import Genius. A ATK enviou pelo menos 18 carregamentos até 2012, segundo a Import Genius – que, no entanto, não precisou que tipo de materiais foram exportados. Contatada pela **Pública**, a ATK se negou a dizer se exporta apenas para forças militares no Paraguai ou também para grupos privados. “A ATK não revela essas informações sobre cada um de seus programas”, afirmou a assessoria de imprensa.

A cápsula de bala 5,56, que permanece em um local seguro no Paraguai, pode ser o único indício de que se utilizaram, no dia do conflito, armas militares – sejam elas pelas forças especiais da polícia ou por franco-atiradores contratados. Dezenas de outras cápsulas semelhantes, recolhidas no local, simplesmente desapareceram.

No relatório da polícia, ao qual à **Pública** teve acesso, aparecem apenas dois invólucros de balas 5,56, que não foram periciados porque não foram encontradas as armas correspondentes.

No entanto, diante de uma multidão de fotógrafos, o político Julio Colmán, detentor de um poderoso vozeirão que todos os dias preenche as ruas de Curuguaty no seu programa de rádio matinal, coletou, e entregou à Fiscalía, diversas cápsulas semelhantes no dia do massacre.

Mesmo assim, Rachid continua negando a existência de cápsulas de balas de fuzis automáticos no local, afirmando, ao jornal *ABC Color*, que “neste caso o número de falecidos teria sido maior”. Segundo Rachid, nenhuma arma militar foi utilizada naquela manhã. “Tomei declarações testemunhais dos agentes que entrevistaram e elas estão anexadas ao relatório. Todos coincidem em dizer que não utilizaram armas com projéteis reais, nem gás pimenta”, afirmou.

Desde que apresentou suas conclusões em outubro de 2012, o fiscal vinha sendo cada vez mais criticado. Além dos protestos pedindo a libertação dos camponeses, a verdade é que a sua hipótese – de que 70 camponeses teriam emboscado 324 policiais com escopetas de caça – não convenceu ninguém.

O vídeo que desmente o fiscal

A maior pedra no sapato do fiscal é um relatório detalhado, publicado em outubro de 2012 pela organização PEICC (Plataforma de Estudo e Investigação de Conflitos Camponeses), fundada pouco depois da destituição de Lugo pelo político liberal Domingo Laíno – um homem calmo, mas de palavras enfáticas, quase dramáticas – com o objetivo explícito de investigar a investigação oficial.

A PEICC de Domingo Laíno, que chegou a se exilar no Brasil durante a ditadura de Stroessner, também assumiu a defesa dos camponeses presos, e está pedindo a completa anulação da investigação. “Querem desvirtuar a investigação por motivos políticos”, vociferou Rachid. Mas as falhas levantadas pelo relatório da PEICC são eloquentes.

Primeiro, o relatório questionou o fato de só terem sido encontradas no local cinco escopetas de caça e um revólver, armas que dificilmente conseguiriam matar tanta gente em tão pouco tempo. Analisando um vídeo gravado pela polícia, a PEICC defende que se pode ouvir uma rajada de fuzil automático no momento do

tiroteio. Para a PEICC, isso demonstra que possivelmente havia franco-atiradores profissionais no local. A evidência é descartada por Rachid.

O mesmo vídeo mostra a presença de mulheres e crianças no local do confronto, o que, para a PEICC, desmentiria a versão de uma emboscada. Já na investigação apresentada pela Fiscalía, todos os mais de 30 depoimentos de policiais recolhidos batem na mesma tecla: que não havia, ali, nenhuma mulher ou criança. É mentira. Também dizem que os camponeses estavam fortemente armados. Mais uma vez, o vídeo publicado pela PEICC desmente essa versão: apenas alguns camponeses que aparecem portam escopetas de caça.

A coisa fica pior. Das cinco escopetas periciadas pela polícia, apenas uma se mostrou capaz de atirar durante os testes de balística. E uma das armas incluídas no relatório pela polícia foi, na verdade, roubada no dia 22 de junho, uma semana depois do massacre, da casa do general Roosevelt César Benítez Molinas, e abandonada atrás de uma igreja em Curuguaty (veja o relato [aqui](#) e [aqui](#) e [assista ao vídeo comentado pelo PEICC](#) e traduzido para o português pela **Pública**).

Nos dias que se seguiram à matança, diz o relatório, o médico forense Pablo Lemir chegou a afirmar que os policiais foram mortos com “disparos de cima para baixo” e que “a maioria dos orifícios de entrada dos corpos dos policiais coincidem com as áreas que estavam desprotegidas pelos coletes antibalas (...) com o que se presume que quem realizou os disparos conhece os lugares que os coletes não cobriam”. Lemir declarou à imprensa que “as características dos disparos – seria apressado dizer agora –, mas configuram basicamente uma emboscada”.

A hipótese de que houvesse franco-atiradores na área foi, depois, descartada pela Fiscalía, e os resultados dos relatórios da perícia não foram apresentados ao público quando Rachid anunciou suas conclusões.

Também não constava na investigação da Fiscalía o fato de que o helicóptero usado pela polícia, que disparava uma sirene ensurdecadora, atirava durante o confronto. Todos os policiais

entrevistados afirmam que o helicóptero não estava sobrevoando a área durante o tiroteio. Mas um vídeo vazado no YouTube mostra, de fato, o helicóptero atirando. O camponês Roberto (nome fictício), entrevistado pela **Pública**, lembra bem desse detalhe. “Os feridos estavam correndo e eles disparavam do helicóptero, que estava muito baixo.”

O relatório da PEICC mostra ainda policiais manipulando os corpos dos camponeses, atirando sobre eles invólucros de balas e escopetas, para posarem para as fotos que ilustrariam os jornais nos dias seguintes. As fotos da montagem da cena, segundo Laíno, foram doadas à PEICC por fotógrafos “que não concordam com o que aconteceu” – e não saíram na imprensa paraguaia.

Coincidentemente, uma foto desfocada, sem autoria definida, foi usada para caracterizar Rubén Villalba como o homem que atirou em Erven Lovera, dando início à chamada “emboscada” à polícia.

Segundo os depoimentos dos policiais – muitos dizem não poder identificar os camponeses porque eles estariam com o rosto coberto por panos –, o homem que atirou em Lovera portava um revólver calibre 38, niquelado, que teria sido sacado após outro homem (ou o mesmo, dependendo do depoimento) tentar atingir Lovera com uma foice. A arma não aparece na foto, mas a foice, sim. Villalba nega que o homem de vermelho seja ele.

Em meados de julho de 2012, um policial de nome Anoni Paredes prestou um segundo depoimento à polícia, no qual afirmava o seguinte: “Conforme as diversas fotografias que pude observar nos meios de comunicação e tendo em conta que conheci Rubén Villalba, posso dizer que ele não se encontra entre os invasores que morreram no lugar e que esse que veste a camiseta vermelha tem a mesma compleição física”.

Além disso, a investigação guarda contra Villalba, como peça-chave para sua condenação, um depoimento “confidencial”, anônimo, datado de 26 de junho de 2012, no qual o depoente afirma que se unira ao grupo 20 dias antes do famigerado 15 de junho.

“O senhor Villalba era o encarregado de dirigir as reuniões; em todas essas reuniões que se realizavam permanentemente na área,

dava instruções de como resistir às Forças de Ordem, dizia que 'não é que os policiais sejam culpados da pobreza dos camponeses, mas são os elementos utilizados pelo governo da vez'. Nas suas dissertações, falava muito do guerrilheiro Che Guevara e do comunista russo Lênin, mas se autodeclarava analfabeto. Ele tinha consigo sempre uma boa pistola e às vezes efetuava disparos, revelando muito boa pontaria, além de mostrar certas habilidades táticas no uso da arma e na prática de combate". O depoimento – clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler – dizia, ainda, que Rubén Villalba comprou balas "por um valor aproximado de 2 milhões de guaranis (mil reais) e que no lugar sempre estava uma pessoa que se dizia armeiro, encarregado da manutenção das as armas". O depoente anônimo afirma que, assustado, resolveu sair dali antes da reintegração de posse.

Na sua cela superlotada em Tacumbú, Villaba tinha pouca esperança de escapar ao papel de grande algoz do massacre de Curuguaty, caso a investigação continuasse no mesmo rumo. Ou de ter um julgamento justo. Contra ele estavam Rachid, o juiz, e o breve presidente Federico Franco, cujo mandato terminaria em agosto de 2013, e que dependeria, em grande parte, da manutenção da versão de que os camponeses emboscaram os policiais porque "o presidente Lugo se mostrava sempre com portas abertas aos líderes dessas invasões, dando uma mensagem clara sobre seu apoio a esses atos de violência e cometimento de delitos", como diz o documento do impeachment.

A droga de Campos Morumbi

No intrincado drama que rodeia o massacre de Curuguaty e a queda de Lugo, há dois fatos que merecem destaque, ocorridos a semanas um do outro – e que acabaram se perdendo na parca memória da imprensa e na inoperância da Justiça paraguaia. No dia 20 de agosto de 2012, apenas dois meses depois do massacre, uma operação da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) – órgão financiado e treinado pelos Estados Unidos – com apoio de um batalhão de forças especiais e um helicóptero do Exército, descobriu e destruiu uma plantação de cerca de 30 hectares de maconha

numa propriedade da Campos Morumbi, a mesma empresa de Blas Nicolás Riquelme que demandava a posse de Marina Cué.

Além da extensa plantação, a polícia encontrou no local 6 toneladas de maconha prensada, divididas em sacos em depósitos improvisados, cobertos de lona. A operação policial contou com a presença do fiscal Jalil Rachid, o mesmo que investigou o massacre; a imprensa foi impedida de acompanhar.

A droga foi encontrada a cerca de 35 quilômetros do local onde ocorreu o confronto da polícia com camponeses, dentro da “reserva florestal” reconhecida pelo Congresso Nacional no começo daquele ano, no departamento de Canindeyú, próximo à fronteira com o Brasil – destino necessário do carregamento de maconha.

Segundo a Senad, a operação aconteceu graças à empresa Campos Morumbi, que, ao saber da plantação através de imagens de satélite, acionou as autoridades. No dia 22 de agosto, o diretor da Senad Francisco de Vargas chegou a relacionar a descoberta com a ocupação dos sem-terra em Curuguaty. “Não se pode descartar que isso esteja relacionado com o sucedido no dia 15 de junho passado”, disse à rádio Ñanduti. “Eu acho que a maconha encontrada explica por que eles (camponeses) reagiram dessa maneira. Não existe outra conclusão. Indo um pouco mais fundo essas pessoas que reagiram buscaram esconder algo. A conclusão é que eles estavam protegendo algo.”

A teoria sobre se alguém estava tentando proteger o cultivo de maconha nas terras de Blas Riquelme – fossem os camponeses ou o próprio colorado –, bem como qualquer outra que relacionasse os dois fatos foram sumariamente descartadas pelo fiscal Jalil Rachid. Para ele, a distância entre as terras era o suficiente para concluir-se que não havia o que investigar. “Esse lugar está completamente afastado de onde ocorreu o enfrentamento, por isso, se mais adiante encontrarmos outros elementos para poder vincular ambos os feitos, vamos investigar”. Isso, é claro, nunca ocorreu.

E mesmo que o fiscal decidisse perseguir essa linha de investigação, não teria muito tempo. Dez dias depois, o proprietário das terras Blas Nicolás Riquelme sofreu uma embolia cerebral. Ficou

internado durante apenas um dia no sanatório São Roque, em Assunção, e faleceu no dia 2 de setembro.

* *Colaboraram Julio Benegas Vidallet e Susana Balbuena*

Os refugiados de Curuguaty

Por Sol Amaya, do *El Puercoespín*

Mais de 1.400 quilômetros e 365 dias os separavam dos eventos daquele dia, mas, ao descrever o que viveram em 15 de junho de 2012, pareciam estar de volta à cena do massacre de Curuguaty: as mãos tremiam, os olhos se turvavam, a voz falhava. Sentados em um bar no bairro de San Telmo, em Buenos Aires, os camponeses paraguaios Dani Garcete, de 25 anos, e Héctor Ramírez, de 26, baixavam o tom de voz e as palavras ficavam mais raras.

Ao ser perguntado sobre o confronto em que 17 pessoas morreram – seis policiais e 11 camponeses –, durante a operação de reintegração de posse que causou a destituição do presidente Fernando Lugo, Dani limpa a garganta. Hesita. Olhando para a porta de entrada, confessa que quase cancelou a entrevista: não queria falar. Fazia um ano que estava tentando tirar essas imagens da cabeça e esquecer o motivo de ter deixado a família e fugido do seu país.

Em Buenos Aires, Dani só conhecia Héctor e Fredy Villalba – ambos também foragidos do Paraguai e da mesma tragédia. Dani olhou humildemente para os sapatos azuis – ele e Héctor estavam vestidos para uma partida de futebol. Contou que, todos os fins de semana, se juntam para jogar bola no campo de várzea da comunidade onde moram, na periferia da capital argentina. Antes de mergulhar nas lembranças, crava o olhar na mesa e suspira.

A fuga

A sugestão partiu do irmão de Ramírez, preso como outros 13 camponeses que estavam no dia do confronto com a polícia. Alcides

Ramírez disse a eles que havia uma possibilidade de sair do país, pelo menos até que os fatos fossem esclarecidos. “Aceitei imediatamente, me arrependi imediatamente”, disse Dani, levantando a cabeça, as mãos entrelaçadas sobre a mesa. “Mas depois compreendi que não tinha outra opção.”

Em silêncio, Héctor Ramírez assentiu com a cabeça. Embora ele vivesse havia cinco anos em Buenos Aires – para onde imigrou em busca de trabalho – daquela vez seria diferente. Antes, visitava a sua família no Paraguai sempre que podia. Quando ocorreu a ocupação de Marina Cué, como é conhecida a propriedade onde ocorreu o massacre de Curuguaty, Ramírez estava por ali aproveitando suas férias. Mas decidiu se juntar aos outros sem-terra na ocupação do terreno de 2 mil hectares a cerca de 250 quilômetros de Assunção.

Como todos os camponeses, teve seu nome anotado a lápis em um papel pelos coordenadores da ocupação, para pedir alimentos ao governo. Encontrado pela polícia após o massacre, o documento acabou se convertendo em uma lista de “culpados” a serem caçados pela polícia e detidos imediatamente. A investigação oficial sustenta que eles armaram uma emboscada para assassinar os policiais. Estivessem ou não em Marina Cué no dia da desocupação, todos os que figuravam na lista foram acusados de homicídio doloso agravado, tentativa de homicídio, associação criminal e invasão de propriedade alheia.

Foi o político paraguaio Domingo Laíno – do mesmo Partido Liberal do então vice-presidente Federico Franco, que se tornou presidente depois do impeachment de Lugo – quem os ajudou a fugir do Paraguai. Convencido de que o massacre fora forjado para servir de pretexto para o impeachment, em mais um trágico episódio da conservadora política paraguaia, ele fundou a ONG Plataforma de Estudo e Investigação de Conflitos Camponeses (PEICC) para fazer uma investigação paralela à oficial. Durante a pesquisa, conheceu a mãe de Dani, uma enfermeira que vive em uma comunidade próxima ao terreno de Marina Cué. Ela temia pela vida de seu filho – e pediu que Laíno o ajudasse.

Assim como ela, Rubén Villalba, um dos coordenadores da ocupação às terras de Marina Cué, cuja defesa também é paga pela

PEICC, também temia pela vida de Fredy, seu braço direito na organização camponesa na zona rural de Curuguaty. Rubén continua preso e é acusado de ser o principal “mentor” do massacre. Fredy estava próximo a Rubén Villalba durante a troca de tiros com a polícia. Corria grande perigo se continuasse no Paraguai, segundo Domingo Laíno.

Depois de algumas conversas pelo telefone, os dois decidiram se encontrar em Marina Cué para, dali, emprender a fuga. “Terrível” é a palavra que Dani usa para descrever como foi para ele voltar àquele lugar. “Terrível, terrível”, repetiu, apertando os lábios. De Curuguaty, viajaram de carro para Assunção e se alojaram na casa de Laíno, enquanto ele buscava uma solução. Laíno, figura conhecida na política paraguaia, exilou-se na Argentina durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). Dessa vez, ele disse ter contatado a embaixada argentina em Assunção: deixaria os três foragidos na fronteira. Procurado pela reportagem, o governo argentino não confirmou nem desmentiu a informação, alegando que a lei impõe confidencialidade para o caso de refugiados.

Depois de alguns dias de planejamento, seguiram de carro até o limite com a Argentina. Com o coração palpitante, as mãos suando e a boca seca, cruzaram a fronteira a pé. Assim que entraram, pediram status de refugiados. Durante 12 horas, que pareceram intermináveis, foram entrevistados por guardas da fronteira. Passaram por uma revista médica; tiveram que explicar por escrito os motivos de seu pedido de refúgio, por que tinham que deixar o Paraguai e ficar na Argentina.

Finalmente, acompanhados de dois guardas de fronteira, viajaram de ônibus até a Estación de Retiro, na zona portuária de Buenos Aires. Chegaram em um sábado de outubro. Um irmão de Héctor vivia em uma comunidade na zona sul da cidade: era para lá que planejavam ir. Os guardas se ofereceram para levá-los, mas eles preferiram esperar alguns dias. Passaram o fim da semana em um edifício da Guarda Nacional de Fronteira. Foi uma noite triste, embora tranquilizadora: ao menos estavam longe da polícia paraguaia e ninguém poderia prendê-los. Os guardas ofereceram mate, comida e um lugar para dormir. Era o primeiro refúgio.

Na segunda-feira seguinte, chegaram à comunidade onde iriam começar vida nova. Mas, um ano depois, Dani não conseguia parar de pensar no seu Paraguai.

O pesadelo

No dia em que ocorreu a reintegração de posse, Dani e Ramírez eram dois dos 30 camponeses que se aproximaram da entrada do terreno para receber a polícia. Alguns dos seus companheiros, muito poucos, segundo ambos, levavam velhas escopetas de caça. Não sabiam se as escopetas funcionavam e – segundo a versão deles – tampouco haviam averiguado. Nenhum dos dois portava armas de fogo.

Dani, que estava um pouco afastado do local onde começou o tiroteio, lembra-se de ter escutado o primeiro disparo. “Ouvimos um barulho, demos uma volta e olhamos para o outro lado. Aí saímos correnedo pelo pasto, nos escondemos na baixada, ao lado de um riozinho.” Segundos depois, ouviram uma rajada de tiros que lhes pareceu interminável. Houve gritaria, confusão, e todos se puseram a correr. A polícia estava atacando. Correram para os montes sem olhar para trás. Mas estavam certos de que alguns dos seus companheiros estavam mortos, “talvez todos”, murmurou Dani. Quem sabe também eles morreriam. Não havia nada a fazer.

Dani se lembra bem de um helicóptero que voava tão baixo que parecia que iria aterrissar sobre eles; uma sirene ensurdecadora.

Afinal, houve, sim, sobreviventes. Alguns, como Dani, passaram a noite escondidos nos montes até as 5 horas da manhã. Outros, os que tinham celular para se comunicar com algum conhecido, puderam se refugiar em casas perto dali.

Escondiam-se sem saber até quando. Esperando. Temiam que a polícia ainda estivesse por ali, pronta para disparar contra eles. Não sabiam, nem tinham como saber, que seriam acusados de haver perpetrado o massacre. Nem que o tiroteio que acabavam de testemunhar terminaria por derrubar o presidente.

Dos camponeses sobreviventes – incluindo Rubén Villalba e o irmão de Héctor, Alcides Ramirez – 14 permaneciam detidos um ano depois do massacre. No início de 2013, após uma longa greve de

fome, a Justiça permitiu que alguns deles esperassem o julgamento, ainda sem data marcada para acontecer, em prisão domiciliar.

O refúgio

Uma pessoa recebe o status de refugiado quando é forçado a abandonar o seu país de residência porque sua vida ou liberdade correm perigo devido à violência generalizada, a conflitos armados ou a grandes violações de direitos humanos. A Comissão Nacional para Refugiados do governo argentino (Conare) é encarregada de conceder o refúgio e de apoiar os refugiados para que se integrem no novo país.

Entre os deveres do país anfitrião que constam na Lei n.º 26.165 está “o respeito aos princípios de não-devolução, incluindo a proibição de negativa de entrada na fronteira, a não discriminação, a não sanção por entrada ilegal, a preservação da unidade da família, a confidencialidade e o tratamento mais favorável à pessoa humana”. Tais princípios valem tanto para o refugiado quanto para o solicitante.

Depois de descerem dos montes, na manhã seguinte ao massacre, Dani e Héctor ficaram trancados nas suas casas durante os quatro meses seguintes. Só saíam quando ficavam sabendo por vizinhos e amigos que haveria uma busca policial, para se esconder em outra casa, até que a polícia fosse embora. Era uma rotina de medo. Não podiam dormir tranquilos, deixaram de trabalhar. Viviam como prisioneiros. Foi pelo rádio que ficaram sabendo quantos companheiros foram mortos, que houve policiais falecidos, que Lugo foi destituído. Também foi assim que souberam que a Justiça paraguaia acusara a todos, sem distinção, pelas mortes.

Por meio de um amigo advogado, comprovaram que seus nomes figuravam entre os que tinham mandado de prisão decretado: a qualquer momento poderiam ser presos. A menos que continuassem fugindo.

Héctor, Fredy e Dani pediram refúgio na Argentina, mas a sua solicitação ainda estava em trâmite em setembro de 2013. Em teoria, nenhum dos três poderia ser expulso, devolvido ou extraditado para o Paraguai enquanto perdurarem riscos às suas

vidas, liberdade ou segurança. O governo argentino também tem o dever de conceder uma permissão de trabalho temporário e um Documento Nacional de Identidade (DNI) para que exerçam os seus “direitos civis, sociais e culturais”, segundo as regras da Conare.

Agora, resta-lhes esperar que os dois países – Argentina e Paraguai – decidam seus destinos. E que a Justiça paraguaia afirme qual das versões sobre o massacre de Curuguaty prevalecerá. Na audiência que aconteceu em 12 de setembro de 2013, os advogados dos camponeses fizeram uma queixa formal contra a juíza Rosa Yanine Ríos, a quem [acusaram de ser “parcial” no seu julgamento](#). Também pediam que a Justiça determinasse a quem pertencem as terras reclamadas, já que o título de propriedade ainda não havia aparecido. Essa mesma Justiça vem recebendo duras críticas da opinião pública paraguaia e de vários organismos internacionais, como a ONU e a Anistia Internacional, que pedem “uma investigação imparcial e independente”.

Enquanto as autoridades dos dois países discutiam o que seria feito deles, no final de 2013 os três jovens foragidos viviam em quartos alugados na periferia de Buenos Aires, lar de uma grande comunidade paraguaia. Trabalhavam como pedreiros de segunda-feira a sábado, de manhã até o anoitecer. O trabalho é informal, já que ainda não receberam seu documento de identificação. Telefonam para suas famílias no Paraguai uma vez por semana. Evitam falar de Curuguaty; preferem se inteirar de nascimentos ou casamentos. Nem Dani nem Héctor têm filhos ou esposa. Por sorte, dizem. Aos fins de semana, às vezes vão a alguma festa na região de Constitución. Têm saudade da família, da tranquilidade do campo, da comida caseira de suas mães, da possibilidade de caminhar pelas ruas de seu bairro. E do calor.

Dani ainda tem pesadelos. De noite, sua cabeça se enche de imagens dos companheiros fugindo. Escuta os gritos das crianças e de suas mães e os disparos. Ele se vê correndo pelo campo, enquanto outros camponeses caem mortos no caminho; a sirene do helicóptero soa estridente. Depois ele acorda em uma comunidade na periferia de Buenos Aires, bem longe de casa.

* *Colaborou Natalia Viana*

4

Os Estados Unidos e o impeachment

*Como o governo americano mantinha
influência em todas as esferas de poder
que foram fundamentais na remoção
de Fernando Lugo, desde a Polícia Nacional
até a Corte Suprema paraguaia*

Na véspera do julgamento do impeachment que o destituiu da presidência do Paraguai, em 22 de junho de 2012, Fernando Lugo reuniu-se com o embaixador norte-americano James Thessin na capital, Assunção. O encontro estava marcado havia muito tempo, bem antes da matança de Curuguaty.

Seguindo o protocolo, Thessin convidou Lugo para a recepção de celebração ao 4 de julho, data da independência americana, a ser realizada na embaixada, que toma um quarteirão inteiro no centro da capital paraguaia. “Mas você está me convidando para eu ir como presidente ou como cidadão?”, indagou Lugo. “Como presidente, é claro”, tranquilizou-o Thessin.

Lugo já não era mais o presidente do Paraguai no dia 4 de julho e não compareceu à cerimônia, que teve direito à execução dos dois hinos nacionais, refrescos e tira-gostos. A data marcava o fim de uma semana de trabalho duro em relação à deposição do ex-bispo da presidência e à ascensão do seu vice, o liberal Federico Franco, ao poder. Um trabalho que envolveu mais do que diplomatas americanos e foi realizado silenciosamente – os Estados Unidos só se pronunciaram sobre o Paraguai 20 dias depois do impeachment.

No dia anterior à festa, 3 de julho, a missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) liderada pelo secretário-geral José Miguel Insulza tinha deixado o país. Durante três dias, o grupo havia se reunido com representantes de todos os partidos políticos, da Igreja,

da Corte Suprema, com empresários, jornalistas, donos de veículos de comunicação, lideranças indígenas, com o atual presidente Federico Franco e seu chanceler e até com o próprio Lugo.

Insulza levou representantes “de vários grupos geográficos” para integrar a missão, conforme descreveu em seu relatório. Nenhum, porém, da América do Sul. O grupo que foi ao Paraguai para averiguar a crise era composto pela embaixatriz dos Estados Unidos na OEA, Carmen Lomellin; pelo embaixador do Canadá, Allan Culham; do Haiti, Duly Brutus; de Honduras, Leónidas Rosa Bautista; e do México, Joel Hernández.

A missão da OEA se posicionou no sentido contrário ao Mercosul e Unasul, que suspenderam o Paraguai por considerar que o impeachment representava uma ruptura no jovem processo democrático paraguaio, pelo tempo exíguo concedido à defesa do presidente no julgamento – menos de 17 horas. Insulza defendeu a legitimidade do processo-relâmpago, que estaria respaldado pela Constituição paraguaia, e minimizou as críticas feitas pelas organizações regionais. “É natural que a situação que ocorreu no Paraguai tenha gerado reações negativas”, escreveu em seu relatório, “mas isso não é exatamente uma novidade no hemisfério”. Também sugeriu que a OEA deveria aumentar sua presença no país até as eleições presidenciais, marcadas para abril de 2013. “Em dez meses, o Paraguai vai ter eleito autoridades com completa legitimidade democrática”, concluiu.

No dia seguinte à publicação do relatório da OEA, o governo de Barack Obama declarou seu apoio a Federico Franco. “Não há razões para que o Paraguai seja suspenso da OEA”, afirmou a secretária-adjunta de Estado para as Américas, Roberta Jacobson, em uma conferência de imprensa. “O que realmente queremos é focar no futuro”, disse. “Vejo o Paraguai como uma forma de nos unirmos na região para apoiar a democracia paraguaia e não como um tema que exacerbe as divisões”. “Então não foi um golpe de Estado?”, questionou um jornalista. “Não vou responder a essa pergunta”, retrucou, irritada, a secretária.

As sanções do Mercosul e Unasul também foram rechaçadas pela Câmara de Comércio Paraguaio-Americana (Pamcham),

entidade que reúne empresários americanos e paraguaios alinhados à política exterior dos Estados Unidos. Antes ainda da posição oficial americana, a Pamcham qualificou como “inaceitável” a suspensão desses organismos. O presidente honorário da Pamcham é o mesmo embaixador James Thessin.

Lugo não estava errado ao indagar o embaixador americano sobre seu futuro quando convidado para o 4 de julho. Afinal, o apoio dos Estados Unidos é fundamental para o futuro de qualquer governo naquele país. As reticências dos americanos em relação à sua presidência foram bem descritas pela antecessora de Thessin na embaixada, Liliana Ayalde. “Temos sido cuidadosos em expressar nosso apoio público às instituições democráticas do Paraguai – não a Lugo pessoalmente”, escreveu Liliana em telegrama enviado em 7 de dezembro de 2009 e vazado pelo WikiLeaks.

Liliana – que, em julho de 2012, estava à frente da seção Caribe, América Central e Cuba do Departamento do Estado e, um ano depois, tornou-se embaixadora dos Estados Unidos no Brasil – foi ainda mais clara ao afirmar que havia prevenido o ex-bispo sobre os “benefícios” de manter uma relação próxima com os Estados Unidos, “sem permitir que ele use o apoio da embaixada como um salva-vidas”.

“Influência maior do que nossas pegadas”

A influência americana sobre o Paraguai não é apenas uma questão diplomática. Por meio de doações administradas pela USAID de mais de US\$ 100 milhões (em cinco anos) a empresas, ONGs e órgãos governamentais difíceis de monitorar, os americanos garantiram a proximidade com diversas esferas de poder no país. “Atores políticos de todos os espectros nos procuram para ouvir conselhos”, resumiu a ex-embaixadora Liliana no mesmo relatório confidencial. “E a nossa influência aqui é muito maior do que as nossas pegadas”, pontuou.

O treinamento das forças de segurança paraguaias estavam entre os principais programas financiados pela USAID. Entre 2005 e 2010, cerca de mil militares e policiais foram treinados – a maioria em 2009, ano seguinte à posse de Lugo – e dali saíram alguns

comandantes das Forças Armadas nomeados por Franco quando assumiu o poder.

A Polícia Nacional foi a responsável pela operação que resultou na matança de Curuguaty. A Fiscalía – que se baseou exclusivamente em depoimentos de policiais para atribuir aos camponeses a culpa pelo massacre – e a Corte Suprema – que negou dois recursos movidos pela defesa de Lugo – também foram contemplados com programas financiados pela USAID.

Um dos mais influentes defensores dos interesses americanos em Assunção é Michael Eschleman, um americano cinquentão com uma longa história no país, que dirige o Programa de Democracia da USAID. Em 1985, ainda sob a ditadura do general Alfredo Stroessner, Eschleman foi voluntário do Corpo da Paz (Peace Corps), uma agência governamental que leva jovens voluntários do primeiro mundo a países pobres e já foi acusada de infiltrar espiões. Eschleman chegou a gerente de treinamento e diretor da Peace Corps antes de assumir o comando das iniciativas em prol da democracia no Paraguai. O programa mais importante de sua gestão é o Threshold – Umbral em espanhol –, que recebeu recursos de mais de US\$ 60 milhões em 5 anos.

Documentos obtidos pela **Pública** por meio da Lei de Acesso à Informação dos Estados Unidos revelam que, antes mesmo da votação do impeachment, o encarregado da USAID por zelar pela democracia paraguaia já planejava seus passos com o novo governo. “Comecei a fazer reuniões internas para avaliar e traçar uma estratégia sobre a melhor maneira de manter o andamento dos programas no novo governo”, explicou Eschleman em um e-mail às 17h20 do fatídico 22 de junho para a direção da Corporação Desafio do Milênio (MCC), agência financiadora ligada ao Congresso americano. Observando que “às 6 horas, Franco já deve ser presidente”, Eschleman escreveu: “Provavelmente vai levar alguns dias para saber quem serão os novos ministros e como podemos abordar a nova liderança para garantir não só estabilidade nos programas, mas a habilidade para caminhar adiante”. Mas, ressaltou, a mudança governamental significava “boas novas” para a

USAID: “Franco e a sua equipe conhecem muito bem o programa Umbral porque trabalharam próximos a nós nos últimos anos”.

Duas horas depois, o diretor da USAID enviou outro e-mail contando que, logo após o discurso de posse, o novo presidente nomeou novos ministros. Mais “boas novas”: “Tanto o ministro do Interior (Carmelo Caballero) quanto o novo chefe da Polícia (Aldo Pastore) trabalharam conosco no programa Umbral, e são pessoas que chamaríamos de aliados!” Depois, sobre o ministro de Finanças, Manuel Ferreira Brusquetti, e o chefe de gabinete de Franco, Martin Burt, celebrou: “Conhecem e respeitam a USAID, e trabalharam conosco no passado”.

Em outro e-mail, enviado no dia 9 de julho, Eschleman explicou o silêncio da missão americana durante as primeiras semanas pós-destituição: por causa do “processo de impeachment, da troca de administração e da atenção internacional aos eventos locais, a USAID tem mantido um low profile”, escreveu. E acrescentou: “A embaixada está esperando o relatório da delegação da OEA ao Conselho Permanente. Até lá, os funcionários da USAID não participam de reuniões ou eventos públicos com membros do governo”.

Mas, da parte da MCC, o receio de que houvesse alguma reviravolta política já havia se dissipado. Foi assim que a diretora da MCC escreveu para Eschleman no dia 5 de julho: “A poeira já baixou um pouco? Nós conversamos sobre o Paraguai aqui e não achamos que há ações para serem tomadas em relação a preocupações de elegibilidade”.

O massacre de Curuguaty

No dia 22 de março de 2012, em cerimônia no Palácio Nacional, outro diretor do programa Umbral, o americano Matthew Langhenry, recebeu uma medalha de honra ao mérito da Polícia Nacional Paraguaia das mãos de seu comandante, Paulino Rojas, que, durante um ano e meio, trabalhou próximo à USAID no programa Umbral. Rojas, treinado pelo FBI em um curso na Virgínia em 1998, colocou com cuidado a medalha no peito do colega americano.

“Doamos mais de US\$ 2 milhões em equipamentos para a polícia, mas o mais importante é que juntos reformamos a grade curricular da academia policial, juntos reformamos o colégio de suboficiais”, discursou Langhenry, suando de calor. “Juntos escrevemos o primeiro manual de uso da força para a Polícia Nacional no Paraguai”, encerrou, com seu sotaque carregado. “E juntos reformamos o regulamento disciplinar.”

Três meses depois, Paulino Rojas daria a ordem de reintegração de posse que levou à matança de Curuguaty – e à deposição de Lugo. Entre os policiais do Grupo de Operações Especiais (GEO) que encabeçaram a desocupação do terreno, pelo menos dois foram treinados pelos Estados Unidos: em março de 2009, Cesar Horacio Medina e Nelson Dario Zaracho Ocampos participaram de um treinamento do programa de Assistência a Antiterrorismo do Departamento de Estado americano em Assunção, segundo documentos vazados pelo WikiLeaks.

O programa Umbral

O Umbral é o coração da estratégia americana para o Paraguai. Um estudo realizado pelo Instituto Base Investigações Sociais (Base-IS) demonstrou que o volume de recursos destinado ao Umbral só é comparável à primeira década da ditadura de Alfredo Stroessner – que durou 35 anos e recebeu o apoio decisivo do governo dos Estados Unidos, assim como as demais ditaduras da região.

Financiado pela MCC e lançado em 2006, o programa é uma espécie de “ajuda preliminar” a países pobres para melhorar seus índices de “transparência”, “Justiça” e “liberdade econômica” antes de aceder ao grande bolo da MCC: os programas Compactos, com verbas de US\$ 100 milhões a US\$ 700 milhões. Projetos desenvolvidos com a Fiscalía, a Controladoria-Geral, a Corte Suprema, o Congresso, a Receita Federal e o Ministério das Finanças, Indústria e Comércio receberam US\$ 34,6 milhões até 2009.

Os resultados, porém, foram pífios, de acordo com uma auditoria da própria USAID, que produziu um documento mostrando que muitos objetivos não foram atingidos e que o governo de

Nicanor Duarte Frutos não estava lá muito interessado em persegui-los. Um laboratório forense financiado pelos Estados Unidos permaneceu sem uso por dois anos; um programa para aumentar a transparência e o monitoramento das atividades do Congresso foi abandonado “por causa da falta de vontade política”; o investimento nas atividades da alfândega ficou restrito à capital, Assunção, enquanto o contrabando continuava a todo vapor na fronteira; dez dos doze barcos doados para patrulhamento fronteiriço ficaram fora de operação; um novo sistema de carteiras de identidade e passaportes, implementado e financiado pela USAID, acabou gerando polêmica com a acusação de favorecimento a uma empresa americana no processo de licitação.

Mesmo assim, o governo norte-americano assinou um novo contrato de assistência com o Paraguai no valor de US\$ 34 milhões em 2009, já sob o governo de Fernando Lugo. Na cerimônia de lançamento do Umbral 2, a então embaixadora Liliana Ayalde não titubeou ao declarar à imprensa que todas as metas e objetivos da primeira fase haviam sido cumpridos, e que a segunda fase buscava “afiançar a democracia e consolidar as instituições do Estado paraguaio”.

Na divisão dos recursos do Umbral 2, a Polícia Nacional recebeu a maior verba, US\$ 9,4 milhões; seguida pela Fiscalía: US\$ 5,5 milhões, além dos US\$ 6,2 milhões que havia recebido na primeira fase do programa. A Corte Suprema recebeu US\$ 5 milhões em ambas as fases.

Foi essa mesma Fiscalía, na pessoa do promotor Jalil Rachid, que, sem ouvir nenhum camponês, concluiu que eram eles os responsáveis pelo massacre, encarcerando 14 sem-terra e emitindo mandado de prisão contra outros 54 – alguns nem estavam presentes durante a reintegração de posse. A conclusão de Rachid foi respaldada pelo promotor geral do Estado, Javier Díaz Verón. Em setembro de 2012, Verón também emitiu um parecer recomendando à Suprema Corte que negasse o segundo pedido de inconstitucionalidade feito pelos advogados de Lugo, por causa do tempo exíguo dado à defesa durante o impeachment. A Suprema Corte rejeitou o recurso.

Fazendo a Corte em Nova York

Ao negar o recurso, em 20 de setembro de 2012, o presidente da Corte e relator do processo, Víctor Núñez, fez uma avaliação quase surreal: "Como se trata de um procedimento que tecnicamente não é jurisdicional, as garantias próprias do processo judicial, embora possam ser aplicáveis, não o são de maneira absoluta, mas parcial, com o objetivo de garantir o devido processo e o direito de defesa do acusado". Os advogados de Lugo tiveram 17 horas, madrugada adentro, para preparar a sua defesa, e apenas duas horas para defendê-lo no Congresso.

Seis meses antes, Núñez e os demais membros da Suprema Corte haviam se reunido com o diretor da USAID para América Latina e Caribe, Mark Feierstein, para falar sobre o programa Umbral. "Estamos trabalhando com a Corte Suprema contra a corrupção e para que o sistema judicial seja mais efetivo e mais eficiente para o povo paraguaio", afirmou Feierstein, ao final do encontro. "Reconhecemos o êxito alcançado. É um exemplo para outros países."

Não era bem isso que dizia a embaixadora Liliana Ayalde nos despachos enviados em 2009 ao Departamento de Estado. Na mesma época em que destinava US\$ 2,5 milhões à Corte no programa Umbral, em um despacho diplomático ela afirmava que a Corte, "ampla e corretamente", era vista como corrupta, mais focada "em interesses políticos e pessoais do que em questões legais". E escreveu: "A interferência política é a norma; a administração da Justiça se tornou tão distorcida que os cidadãos perderam a confiança na instituição".

"O controle político da Suprema Corte é crucial para garantir impunidade dos crimes cometidos por políticos hábeis. Ter amigos na Suprema Corte é ouro puro", escreveu no despacho, em 25 de agosto de 2009. "A presidência e vice-presidência da Corte são fundamentais para garantir o controle político, e os Colorados (oposição a Lugo) controlam esses cargos desde 2004. Nos últimos cinco anos, também passaram a controlar a Câmara Constitucional da Corte."

Três anos antes do julgamento político de Lugo, ela escreveu: “Esta câmara é famosa por tomar decisões controversas e arbitrárias. (...) Para os aliados de Lugo, obter controle da câmara é fundamental para prevenir um possível impeachment”.

Mas não era Lugo que detinha o controle da Corte, como mostraram os fatos. Um mês depois de emitir seu voto referendando a destituição, o presidente da Corte, Víctor Núñez, participou da primeira comitiva internacional do novo presidente Federico Franco – que se dirigiu à Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

Foi a estreia de Franco no cenário internacional, na qual ele participou, bem como todos os chefes de Estado, de um jantar oficial promovido pelo anfitrião Barack Obama no pomposo hotel Waldorf Astoria. Na ocasião, Franco teve oportunidade de tirar uma foto ao lado do mandatário americano, junto com sua esposa e a primeira-dama Michelle Obama, elegantemente apropriados para a gala da noite. Quatro meses depois, a mesma foto ainda orgulhosamente estampava a abertura do site oficial da presidência do Paraguai.

A terceirização da USAID

Presente há 50 anos no Paraguai, a USAID sempre foi um forte braço da política norte-americana para o país. Um estudo detalhado sobre a sua atuação feito pelo instituto Base-IS revela que a presença da USAID cresceu progressivamente no país a partir de 2008, quando Lugo foi eleito. “Em termos de fundos, houve um aumento importante na assistência norte-americana para o Paraguai: de US\$ 17,25 milhões em 2007 para US\$ 36,2 milhões em 2010”, diz o estudo.

O foco da assistência dos Estados Unidos são os programas de “democracia”, que incidem diretamente sobre a administração pública; a USAID é responsável pelo financiamento de 32,3% desse tipo de projeto, mas fica bem atrás de outros países em termos de assistência à saúde, por exemplo.

Porém, os fundos de assistência distribuídos a uma infinidade de ONGs e órgãos governamentais são difíceis de monitorar, como descobriram os pesquisadores do Base-IS. “É complicado conseguir

fechar os números reais, porque os fundos provêm de diferentes fontes, inclusive dentro da USAID, a atores diversos, alguns deles diretamente ao governo ou canalizados por ONGs internacionais”, explicou Marielle Palau, que coordenou o estudo.

O quadro se complica com a tendência à privatização da assistência internacional. Desde o ano 2000, os recursos da USAID repassados diretamente para empresas privadas americanas a título de consultoria vêm crescendo e são elas que, na prática, comandam a distribuição do dinheiro em cada país. Somente no ano de 2010, 40 empresas faturaram mais de US\$ 6,7 bilhões em contratos com a USAID – uma enorme fatia dos recursos da agência para aquele ano.

A semelhança com a privatização da segurança militar americana não é mera coincidência. Assim como as empresas privadas de segurança presentes no Iraque e no Afeganistão, as contratadas pela USAID “terceirizam” a assistência internacional, gerenciando de maneira discreta a transferência da verba americana. Pouco conhecidas, sem vínculos fortes nos países em que atuam, elas contribuem para tornar os programas da USAID ainda menos transparentes.

Metade da verba do programa Umbral no Paraguai – US\$ 30 milhões – foi repassada à empresa Casals & Associates. Mas os ministros de Lugo cujas pastas trabalhavam com o Umbral – Interior, Saúde, Relações Internacionais – disseram à **Pública** que não tinham conhecimento sobre a atuação da Casals. Nem o próprio Lugo.

Os curiosos contratos da Casals

Fundada em 1986 por Beatriz Casals, uma cubana com laços na comunidade dissidente em Miami, Flórida (Estados Unidos), a Casals tem mais de 300 empregados e seus contratos com o governo americano chegaram a atingir US\$ 3 bilhões. Beatriz foi presidente da Associação para o Estudo da Economia Cubana, na Universidade do Texas, e é atualmente diretora do Centro para uma Cuba Livre, uma organização lobista anti-Fidel em Washington.

Entre os clientes da Casals estão o Departamento de Defesa, principalmente o Exército e a Marinha, o Departamento de

Segurança Nacional, a agência antidrogas americana (DEA), o Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs (INL), do Departamento de Estado; e a TV e rádio Martí, que transmitem de Miami propaganda anti-comunista para a população cubana.

Em 2010, a Casals foi adquirida pela gigante contratista militar DynCorp – presente em todas as guerras travadas pelos Estados Unidos, incluindo o combate às Farc na Colômbia – e passou definitivamente à esfera de influência dos militares. Mais de 65% dos funcionários da DynCorp são militares veteranos. “A aquisição nos ajudará a atingir a meta de criar valor por meio de crescimento contínuo e diversificação nos negócios, e se alinha à ênfase do governo Obama na aplicação do ‘poder astuto’ (smart power) aos desafios globais”, declarou o CEO da empresa, William L. Ballhaus, a respeito da compra da Casals.

Segundo o site da empresa, a Casals mantém escritórios em locais tão diversos quanto Armênia, El Salvador, México e Uganda, sempre atrelados a contratos da USAID. Desde 2008, tem um contrato no valor de US\$ 1,5 bilhão com o Escritório de Iniciativas de Transição (OTI) da agência, para “apoiar os objetivos da política externa americana ajudando parceiros locais a avançar na paz e na democracia em países prioritários, em crise”. O site destaca: “Os dispositivos do contrato permitem que o OTI rapidamente estabeleça escritórios, contrate funcionários e desembolse pequenas doações para grupos locais para resolver necessidades de transição e estabilização”.

O OTI está envolvido em diversas iniciativas polêmicas na América do Sul. Na Bolívia, através da Casals, distribuiu US\$ 13,3 milhões para ONGs que trabalhavam em projetos de “descentralização” e “autonomias regionais”, fortalecendo os governos estaduais que se opunham ao governo de Evo Morales. Na Venezuela, pela Development Alternatives Inc., outra contratista, o OTI transferiu US\$ 95,7 milhões entre 2002 e 2010, distribuídos à oposição a Hugo Chávez por meio de pequenas doações. A mesma empresa enviou a Cuba seu funcionário Alan Gross, onde foi preso

por distribuir celulares e equipamentos com comunicações por satélite à dissidência cubana.

Por esses episódios, os países que formam a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) – Bolívia, Cuba, Equador, República Dominicana, Nicarágua e Venezuela – emitiram um comunicado no dia 22 de junho de 2012, dia da deposição de Lugo, convidando a USAID a se retirar dos seus países pela “ingerência aberta” ao financiar grupos e projetos “dirigidos a desestabilizar os legítimos governos que não são afins aos interesses dos Estados Unidos”.

Geralmente discreta, a atuação da Casals chegou às manchetes da imprensa paraguaia em abril de 2009, quando o diário *ABC Color* obteve cópias de documentos que mostravam divergências a respeito da licitação para implantar um sistema nacional de emissão de cédulas de identidade e passaportes. Responsável pela licitação da empresa que desenvolveria o sistema – e que passaria a ter todos os dados da população paraguaia – a Casals descartou todas as concorrentes paraguaias, escolhendo a americana, L-1 Identity Solutions, a única com os 10 anos de experiência constantes exigidos na licitação.

A pedido do governo paraguaio, a USAID efetuou então uma auditoria para verificar se houve favorecimento da empresa americana. A auditoria chegou a uma inusitada conclusão: não só a USAID não havia violado nenhuma lei – pois a licitação era regida por leis americanas e não paraguaias – como seis funcionários do governo paraguaio foram acusados de “comportamento inapropriado” e retirados do programa posteriormente.

Depois de anos atuando longe do escrutínio público, a Casals simplesmente desapareceu do Paraguai em julho de 2012, após o fim do projeto Umbral – e um mês após a destituição de Lugo. Contratada diretamente pelo governo americano, deixou poucos registros da sua passagem: apenas uma menção aqui ou ali em algum relatório da USAID ou em genéricos press releases.

A **Pública** esteve em agosto de 2012 no belo casarão alugado pela Casals na rua Bernardino Caballero, 168, em Assunção. Não encontrou ninguém. No ponto de táxi que fica do outro lado da rua, um motorista confirmou que ali funcionava uma ONG, “que

trabalhava para a embaixada”, mas havia “acabado”. Pelas indicações do taxista, a **Pública** conseguiu conversar com uma ex-funcionária diante do portão da sua casa, a professora Raquel Gonzalez, que fora contratada temporariamente como consultora. “Mudou-se o governo, então não tínhamos muito com quem trabalhar”, explicou. E os diretores da Casals? “Se foram. Agora cada um foi para o seu país.”

**Colaborou Jeremy Bigwood*

Relações militares

O treinamento de membros das forças de segurança é um dos principais elementos da política dos Estados Unidos para o Paraguai. Além do investimento de US\$ 9 milhões em treinamento policial – feito só nos anos de 2009 a 2011 pelo programa Umbral, da agência de assistência do Departamento de Estado, a USAID –, milhões de dólares vindos de outras fontes foram aplicados no país.

Em 2009, o programa Global Peace Operations Initiative, do Departamento de Estado, por exemplo, destinou US\$ 4 milhões para os paraguaios que fazem parte das forças de paz no Haiti; o treinamento do Batalhão Conjunto de Forças Especiais do Exército recebeu US\$ 5,7 milhões em assistência militar; e o programa anti-narcóticos do Departamento de Estado (INL) repassou US\$ 753 mil no país em 2009 e 2010, segundo relatório da embaixada em Assunção.

Entre 2005 e 2010, quase mil militares e policiais paraguaios foram treinados pelos Estados Unidos. Os cursos abordavam desde direitos de propriedade intelectual a treinamento de contra-insurgência e combate ao terrorismo, entre outros temas, e se realizaram em diversos locais, dentro e fora do Paraguai. Promotores, juízes, fiscais alfandegários (aduanas, em espanhol) e diplomatas também receberam treinamento dos americanos.

Não se tratava apenas de treinar as forças militares, mas de investir na formação de oficiais que ocupariam cargos de comando – como os dois altos oficiais da Marinha que seriam retirados por Lugo em 2009, em meio a rumores de planos para um golpe militar no país.

Outros oficiais treinados se tornariam peças-chave no governo de Federico Franco. O novo chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Militares, o general Pedro Arístides Báez Cantero, por exemplo, participou de um curso em outubro de 2005 no Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa em Washington. O novo chefe de Estado Maior da Marinha, Silvio Salvador Guanes Solís – o número dois da Marinha –, também foi convidado a viajar para os Estados Unidos para participar de um curso de gerenciamento de crises em Washington, em maio de 2009.

Em setembro do mesmo ano, os Estados Unidos financiaram a viagem de outros futuros membros do sistema de Defesa de Franco à base militar de Fort Lesley J. McNair, em Washington, para um treinamento sobre “Carreiras civis para Defesa”. Um deles era o vice-almirante Pablo Ricardo Luis Osorio Fleitas, nomeado Comandante da Armada cinco dias depois da posse de Franco, em substituição ao almirante Benítez Frommer. Frommer foi compulsoriamente passado para a reserva por ter desmentido a versão de que o vice-presidente venezuelano, Nicolás Maduro, teria tentado insuflar um golpe militar em defesa de Lugo.

Angel Damian Sabino Chamorro Ortiz, que se tornaria secretário-geral do Ministério da Defesa de Franco, participou não só do treinamento em Fort McNair, mas de um curso no Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa em Washington, em 2008, sobre “Coordenação Inter-Agências para o Combate ao Terrorismo”. Nesse último, teve como colega Luis Alberto Galeano Perrone, vice-ministro de Defesa de Franco, nomeado em 2 de julho de 2012.

Uma base dos EUA no Paraguai?

O ex-deputado colorado Mario Morel Pintos também participou do curso “Carreiras civis para Defesa” em Washington. Morel é uma voz civil proeminente no aparato de defesa: entre 2007 e 2010,

presidiu a Comissão de Defesa Nacional, Segurança e Ordem Interna da Câmara de Deputados. Eleito governador do Departamento Central em 2013, com apoio pessoal do colorado Horacio Cartes, é um aguerrido defensor da instalação de bases americanas no Paraguai.

O ex-ministro Bareiro Spaini, que saiu do governo Lugo por desavenças com a embaixada americana, lembra de ter sido abordado por Morel assim que assumiu o cargo, em 2008. “Pensamos que seria interessante convidá-los (os americanos) para que venham instalar suas bases aqui”, sugeriu o deputado colorado em um restaurante em Assunção.

Pouco depois da destituição de Lugo, o tema das bases americanas no Paraguai voltou à tona, novamente por um membro do Congresso. No dia 2 de julho de 2013, o presidente da Comissão da Defesa da Câmara, José López Chávez, do partido de direita Unace, disse ter mantido conversas com generais americanos para negociar a instalação de uma base militar no Chaco, região fronteira com a Bolívia.

O então ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, que se colocou publicamente contra a ideia desde 2005, quando era chanceler, ameaçou isolar o Paraguai se o projeto seguisse adiante. “Não podemos esquecer que estamos suspensos unilateral e injustamente do Mercosul. O Paraguai é livre para eleger os aliados que lhe convierem”, afirmou a então ministra de Defesa do Paraguai, María Liz García, também do Unace, em entrevista ao diário *ABC Color*.

Os cursos de treinamento dos EUA

Segundo a legislação americana (Lei Leahy), o governo está proibido de financiar treinamento ou assistência a unidades militares estrangeiras que tenham cometido violações a direitos humanos. Por isso, todos os nomes de oficiais treinados passam por uma checagem de background, feita pela embaixada.

A **Pública** analisou mais de 200 páginas de documentos diplomáticos vazados pelo WikiLeaks, e a partir deles elaborou uma detalhada base de dados com o nome de quase mil oficiais treinados

pelos Estados Unidos entre 2005 e 2010, entre militares – incluindo do Destacamento Conjunto de Emprego Imediato (DCEI), montado e financiado pelos norte-americanos – policiais – como os corpos de elite Grupo Especial de Operações (GEO) e Força de Operações da Polícia Especializada (Fope) – e fiscais de Aduanas. Também constam da lista promotores e juizes.

Há 12 cursos diferentes sobre combate ao terrorismo (um deles inclui treinamento em “contra-insurgência”) – a maioria ocorrida em Assunção, no Paraguai – e outros sobre direitos de propriedade intelectual em Lima, no Peru, além de cursos para enfrentar a selva (o “Jungle Commando Course”) – no caso, a colombiana.

Naqueles cursos oferecidos fora dos Estados Unidos figuram dois importantes centros de treinamento mantidos pelos EUA. Em El Salvador, o Departamento de Estado mantém uma academia de treinamento policial na capital, San Salvador. Ali foram treinados pelo menos 19 policiais paraguaios em cursos no final de 2008 e 2009.

Em Lima, no Peru, o mesmo programa mantém uma academia voltada para o treinamento de forças policiais estrangeiras. Em 2007, 2008 e 2009, pelo menos 70 policiais paraguaios foram treinados ali, em cursos de manejo de cenas de crimes, tráfico de armas leves, detecção de documentos fraudulentos e crimes contra propriedade intelectual.

Apesar de todos os nomes terem sido checados pela embaixada americana para verificar eventuais registros de abusos contra direitos humanos, isso não significa que todos os trainees tivessem uma reputação ilibada.

É o caso de militares de alta patente da Marinha reformados por Fernando Lugo em 2009, em meio a rumores de planos para um golpe militar: o contra-almirante Benigno Antonio Téllez Sánchez, aposentado em março de 2009, e o contra-almirante Claudelino Recalde Alfonso, substituído em novembro do mesmo ano.

O coronel do Exército Carlos Javier Casco Prujel, que recebeu um treinamento para emprego rápido em campo, em Assunção, em julho de 2008, foi detido por corrupção em julho de 2010. Também há casos de fiscais de Aduanas, treinados pelos Estados Unidos, flagrados pedindo propinas a contrabandistas, e de um ex-chefe da

polícia, Hermes Enrique Argaña, detido com 5 quilos de pasta-base de cocaína cinco anos depois de ter participado de um treinamento anti-terrorismo em Assunção.

Epílogo

O julgamento, ainda sem data

*Por Aítor Martínez,
advogado da Plataforma de Estudo e
Investigação de Conflitos Camponeses (PEICC),
que defende os réus camponeses*

Enquanto os camponeses detidos por causa do ocorrido no dia 15 de junho de 2012 em Curuguaty seguem sob prisão, a maior parte domiciliar, o julgamento do caso continua indefinido. No dia 20 de junho de 2014, quando se completavam 2 anos da destituição de Fernando Lugo, a defesa dos camponeses solicitou mais uma vez a suspensão do julgamento, que estava marcado para o dia 26 de junho. O nosso argumento é simples: não se pode levar a cabo esse julgamento sem que se resolva a titularidade da terra ocupada, conhecida como Marina Cué. Antes disso, havíamos apresentado uma denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), acompanhada de medidas cautelares pedindo que se solicitasse a suspensão do julgamento. Desde essa época, a CIDH vinha consultando o governo do Paraguai. Evidentemente, ao final se decidiu admitir a suspensão do julgamento. Afinal, não se pode manter uma acusação de invasão de imóvel sem que se determine antes quem é o titular da terra, para que assim se decida se houve ou não a tal invasão.

Desde o início da investigação conduzida pelo fiscal Jalil Rachid, a defesa identificou uma série de irregularidades e, em seguida, apresentou uma série de ações judiciais. Logo em outubro de 2012, apresentamos denúncias penais por execuções extrajudiciais no local do massacre; por tentativas de desaparecimento forçada, por negação de

auxílio e por detenções arbitrárias da Força Nacional. No mesmo dia, 8 de outubro de 2012, fizemos uma petição de incorporação de provas ao processo. Pedimos as imagens da câmera do helicóptero usado de apoio durante a operação, os exames de impressões digitais das armas e os testemunhos dos camponeses, entre outras. Nenhuma delas foi incluída pelo fiscal. Ainda no dia 8 de outubro, fizemos uma demanda judicial para que se retirassem do processo as provas falsas, como a escopeta Maverick que se introduziu no relato sem nunca ter tido relação com o ocorrido, ou os duvidosos depoimentos “anônimos” recolhidos pela polícia.

No dia 31 de outubro daquele ano, observando o andamento irregular da investigação, impetramos uma petição de recusa ao fiscal Jalil Rachid. Assim, a defesa oficialmente recusou-o como investigador idôneo pela sua amizade manifesta com a família Riquelme – ele foi inclusive namorado da neta de Blas N. Riquelme – além de violações repetidas à garantia de devido processo, violações à garantia de presunção de inocência, negação a investigar crimes, vínculos políticos com a destituição de Lugo, ocultação de provas (como as dezenas de cápsulas de bala 5,56 mm que se podem ver no vídeo do Julio Colmán), a fabricação de outras provas... Todos esses motivos foram rechaçados pela Justiça e nossa ação foi julgada improcedente. No dia 13 de fevereiro de 2013, novamente recusamos judicialmente o fiscal perante a Justiça. Mais uma vez nossa recusa foi julgada improcedente. Em 8 de fevereiro, pelos atos descritos acima, apresentamos ainda uma denúncia penal contra o fiscal. Ela tampouco foi admitida pela Justiça.

Assim, no início de junho de 2013, teve início a Audiência Preliminar, durante a qual expusemos diversas razões por que o processo deveria ser anulado perante a Justiça; por conta dos nossos pedidos, a audiência foi suspensa, tendo sido apenas retomada em setembro daquele ano. Chegamos a pedir a substituição da juíza do caso, Janine Ríos, por conta de declarações tendenciosas que ela deu à imprensa. Além disso, durante a Audiência Preliminar, ela permitiu que a Fiscalía introduzisse novas caixas com evidências que não estavam no processo acusatório. Nossos pedidos foram mais uma vez ignorados. A Audiência Preliminar seguiu até o outubro.

Assim, em 23 de março de 2014, apresentamos uma denúncia e petição de medidas cautelares ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É uma denúncia, em primeiro lugar, contra o Estado paraguaio por violações ao processo – devido à atuação inquisitória do processo judicial – e por negação do acesso à Justiça, já que muitas denúncias que fizemos não foram investigadas. Mas, além disso, apresentamos medidas cautelares, primeiro para precautelar uma evidente violação ao direito processual dos réus ao terem que enfrentar uma acusação sem elementos básicos – como demonstrar a titularidade da terra. As petições foram admitidas e a comissão começou a fazer consultas com o governo paraguaio. O resultado já foi descrito acima – o julgamento, marcado para 2014, foi suspenso até que se resolva a titularidade da terra.

Quanto aos camponeses acusados pela Fiscalía, todos os que foram capturados permanecem detidos. Depois da primeira greve de fome, que ocorreu em outubro/novembro de 2012, boa parte dos detidos – entre eles Lucia Aguero Romero – conquistaram o direito de responder ao processo sob prisão domiciliar. Outros, como Rubén Villalba e Néstor Castor, continuaram presos.

A segunda greve de fome foi mais determinante, pois foi devido a ela que decidimos buscar a CIDH para garantir o direito à vida dos detidos na prisão. Arnaldo Quintana, Adalberto Castro, Felipe Benítez Balmori e Néstor Castor iniciaram a greve de fome no dia 14 de fevereiro de 2014, exigindo prisão domiciliar como os demais até que o imbróglio sobre a titularidade da terra seja resolvido. A saúde dos detidos se deteriorou bastante. Apenas no dia 13 de abril, após 58 dias de greve de fome, o Tribunal de Saltos de Guairá decidiu trocar a prisão preventiva por uma medida alternativa. Com base em recomendação do Ministério Público e em um exame médico que descrevia o grave estado de saúde dos camponeses, a Corte justificou dizendo que o Estado deve cuidar dos direitos humanos dos presos. Quando receberam a notícia, os presos haviam sido transferidos da Penitenciária de Tacumbu para o Hospital Militar. Levaram semanas até recuperarem a saúde. Hoje, gozam de prisão domiciliar, mas seguem detidos, cumprindo pena por uma invasão que não se sabe se existiu.

Dentre todos os presos, o caso de Rubén Villalba é ainda mais grave, porque, segundo a teoria do fiscal, Villalba foi o instigador de tudo. Não existe nenhuma prova dessa afirmação. Na verdade, todos os demais acusados negam essa teoria. Hoje, Villalba responde a outra acusação penal, por motivo diferente ao caso de Curuguaty – por isso, não foi outorgada a ele a prisão domiciliar. É o único que segue em prisão preventiva na penitenciária de Tacumbu, embora tenha realizado greve de fome com os demais.

Além dos camponeses mortos no massacre e dos camponeses detidos até hoje sem previsão para um julgamento, há ainda uma vítima que merece ser lembrada. No dia 1º de dezembro de 2012, o dirigente camponês Vidal Vega foi assassinado na comunidade de Yvy Pytã, a cerca de cinco quilômetros de Marina Cué. Vidal era uma das lideranças que estavam empenhadas em ajudar as investigações paralelas que a Plataforma de Estudo e Investigação de Conflitos Camponeses (PEICC) estava realizando em busca do que de fato aconteceu em Curuguaty.

Eu mesmo estive com Domingo Laíno no pátio de trás da prefeitura de Curuguaty reunido com um grupo de uns seis camponeses da Comissão de Familiares de Vítimas de Curuguaty. Ali estava Vidal Vega. Era o presidente da Comissão, porta-voz das vítimas e, acima de tudo, conhecedor de todos os detalhes e ativo participante dos processos para a recuperação das terras de Marina Cué.

Evidentemente seu assassinato está vinculado ao fato de que ele colaborou conosco, mas sobretudo, por ser a cabeça visível da luta na recuperação dessas terras que, pela sua extensão e pela sua localização, representam uma fortuna.

De fato, quando ele foi assassinado estava terminando um relatório para nos entregar. No dia do seu funeral, sua esposa entregou o documento para Domingo Laíno, que ainda o tem em seu poder.

Nem é preciso dizer que nada foi investigado sobre a sua morte, mesmo depois de o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

pedirem para que se esclareça o crime, adotando diversas resoluções.

Pouco depois do assassinato, no início de 2013, a organização CELS, da Argentina, levou nosso relatório ao Comitê de Direitos Humanos. Com base nas provas que compilamos, o Comitê da ONU condenou o Paraguai duramente:

"O Comitê está preocupado com as alegações de importantes irregularidades nas ações do Ministério Público, da Justiça e das forças de segurança na ocasião da busca em Curuguaty em junho de 2012. Em particular, o Comitê está preocupado pela informação recebida que demonstra a falta de imparcialidade e a independência nos processos de investigação desenvolvidos.

O Estado-parte deve assegurar a investigação imediata, independente e imparcial da morte de 17 pessoas em ocasião do ocorrido em Curuguaty em 15 de junho de 2012, assim como de todos os fatos vinculados que tenham sido denunciados pelas vítimas, em particular torturas, detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais, e possíveis violações do devido processo, incluindo o caso do adolescente condenado e das duas mulheres em estado avançado de gravidez em prisão preventiva.

O Comitê está preocupado com os altos índices de agressões, violência e homicídios contra os defensores de direitos humanos, particularmente no caso dos defensores camponeses e indígenas. Neste sentido, o Comitê expressa a sua particular preocupação pelo recente homicídio de Vidal Vega, líder camponês e testemunha do caso Curuguaty, e de Benjamín Lezcano, Secretário-Geral da Coordenadora Camponesa "Dr. Gaspar Rodríguez de Francia". O Estado-parte deve tomar medidas imediatas para proporcionar uma proteção eficaz aos defensores cuja segurança corre perigo por causa de suas atividades profissionais. Também deve garantir a sanção dos perpetradores após a investigação imediata, imparcial e completa das ameaças e ataque a defensores de direitos

humanos, incluindo de forma prioritária os casos dos homicídios dos senhores Vidal Vega e Benjamín Lezcano.”

Evidentemente o Estado paraguaio não cumpriu a resolução do Comitê.

Análise

Dois anos depois do golpe

*Por José Tomás Sanchez,
ex-ministro da Função Pública
do governo Fernando Lugo*

Completaram-se em junho dois anos desde o golpe que derrubou o presidente Fernando Lugo e setores progressistas do seu governo no Paraguai. Se a história democrática do país tem sido difícil, também percebe-se como pode ser irônica. No nível político, o assunto que concentra agora as atenções da imprensa é a recente eleição de Blas Llano, principal liderança do Partido Liberal e amigo pessoal do presidente Horacio Cartes (Partido Colorado), como presidente do Congresso. Ambos foram motores fundamentais na derrubada de Lugo, arregimentando as fileiras dos seus partidos que ainda estavam vacilantes quanto ao impeachment “express”.

Lugo, com seu estilo peculiar de condução política, vinha gerando divisões dentro dos Partidos Liberal e Colorado – os dois, conservadores, são as duas maiores forças políticas do país. O presidente gastava as forças de ambos como única maneira de sobreviver a um Parlamento tomado pelas duas legendas. Enquanto isso, seu governo possibilitava um processo de articulação da esquerda por meio da coalizão Frente Guasú e a incorporação dos setores populares no debate político – e em parte da condução governamental –, que poderia ter desembocado em uma força progressista para disputar a liderança governamental no novo mandato presidencial que começaria em 2013. Essa era uma das principais “ameaças” do que significava ter Lugo como presidente e que fez com que a elite econômica, midiática, e seus representantes políticos usassem o que aconteceu em Marina Cué, em 15 de junho

de 2012, para destituir o presidente uma semana depois e acabar com uma primavera progressista que o país estava vivendo.

Entre 2008 e 2012, o Paraguai passou por um inovador processo político que, mediante vias democráticas, vinha interpelando – embora sem mudanças drásticas – a trajetória autoritária, elitista e clientelista que caracterizou os últimos 120 anos da sua história política, econômica e institucional. Por várias razões, a administração do bispo representou um passo fundamental na vida democrática do país. Até então não se havia visto uma transição democrática e pacífica do governo entre diferentes partidos. Além disso, houve a derrota do Partido Colorado depois de 61 anos de governo – incluindo 35 anos da ditadura de Alfredo Stroessner – e, finalmente, pela primeira vez na vida democrática se incorporavam organizações sociais e de esquerda na coalizão de governo, o que estimulou um debate político-ideológico, programático, entre a esquerda e a direita. Talvez isso seja comum em outros países da região, mas não no Paraguai.

Foi algo muito novo, também, na democracia paraguaia. Com o bispo no governo, as elites econômicas haviam perdido parte do controle direto que sempre tiveram sobre o Poder Executivo. Algumas questões também estavam mudando: representantes dos setores populares exerciam influência no direcionamento das políticas públicas em cargos no Estado ou em mesas de negociação; alguns serviços, como a saúde, iam deixando de ser um privilégio para se tornarem um direito universal; a soberania sobre os recursos naturais se incorporava ao discurso estatal; a política internacional ia projetando propostas de interesse nacional, não só da pequena elite; e o país se inseria ativamente no processo de integração latino-americana. As organizações progressistas iam encontrando um rumo e surgiam alianças que poderiam significar uma limitação ainda maior à força dos partidos tradicionais.

Em poucas palavras, a relação entre democracia, partidos e Estado mudava para uma lógica mais inclusiva, popular, de direitos e com discussões programáticas: fantasmas que assustam qualquer oligarquia, e em especial as latino-americanas. É por isso que, desde que Lugo assumiu a presidência, sucederam-se, como num jogo de

xadrez, os “xeques” ao rei, e as ameaças de um “juízo político” apareceram constantemente no tabuleiro político. O que faltava era uma desculpa, que, de maneira certa, se obteve em Marina Cué, distrito de Curuguaty, quando o choque entre policiais e camponeses, com vários mortos, deixou a sociedade em estado de comoção. Como disse um ex-dirigente do governo: “Não acredito facilmente em teorias da conspiração, mas, se isso não foi uma conspiração, é muito triste para a história das conspirações”.

É que o golpe tinha sido perfeito. A morte de policiais havia incendiado a ira de toda a elite e de setores midiáticos, enquanto a morte de camponeses deixou pasmados os movimentos sociais diante da imagem de um governo que parecia reprimi-los como não se via há muito tempo. Visto que a investigação posterior da Fiscalía fez todo o possível para evitar que se soubesse realmente o que aconteceu naquele dia – pela grosseira parcialidade do processo –, será muito difícil descobrir com certeza os fatores que atuaram no dia que foi fundamental para derrubar Lugo. Os investigadores não levaram em conta outra hipótese que culpar os camponeses. Daí que os acontecimentos de 15 de junho de 2012 só resultaram em camponeses processados, presos e acusados de associação criminosa, invasão de propriedade privada e tentativa de homicídio. Nenhum processo foi aberto para saber, por exemplo, se a polícia ou a Fiscalía trabalharam de acordo com a lei, pois camponeses foram mortos e feridos, e se as terras em disputa eram propriedade privada (como alegaram os defensores do impeachment) ou do Estado – como tudo indica.

Para tentar sensibilizar sobre a parcialidade da investigação, grande parte da luta dos camponeses foi pressionar, com sucessivas greves de fome, para que a Justiça determinasse a origem das terras, uma questão central para esclarecer todo o caso. Isso não foi conseguido, embora tanto o governo do liberal Federico Franco como o do colorado Horacio Cartes assumissem que as terras são públicas; a indefinição continua no poder Judicial. Se as terras são reconhecidas judicialmente como do Estado, a acusação contra os camponeses por invasão será extinta e a ideia de associação criminal, diluída; também perderá sentido a ideia da emboscada

assassina aos policiais. Essa última acusação pende sobre um fio débil, uma vez que não se conseguiu identificar quem matou os policiais. Isso fez com que todos os camponeses presos fossem acusados de “tentativa de homicídio”. Essa ambiguidade jurídica não se sustentaria em um processo justo, já que os homicídios se concretizaram, mas os detidos não foram seus responsáveis e os verdadeiros culpados não estão sendo procurados. Essa aberração também levou os presos a fazerem greve de fome para pedir prisão domiciliar. Todos conseguiram, menos um dos líderes da ocupação, Rubén Villalba.

Outra completa anomalia, que demonstra a parcialidade do processo judicial, é que nenhum policial foi investigado para determinar se tem responsabilidade na morte e tortura de camponeses ou em outros tipos de maus-tratos que possam ter sofrido. Em resumo, o conjunto de falhas da investigação levou a dezenas de pronunciamentos favoráveis aos camponeses presos e a um processo justo que incluiu entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas, a Anistia Internacional e a Via Campesina, até figuras como o argentino Adolfo Pérez Esquivel (laureado com o Premio Nobel da Paz), a ex-senadora colombiana Piedad Córdoba e o ex-juiz espanhol conhecido pela investigação de crimes da ditadura de Augusto Pinochet, Baltazar Garzón. Resta ver se as ações terão um impacto favorável para que se faça Justiça no processo.

Para além das arbitrariedades da investigação da matança, o certo é que ela desencadeou a derrubada do governo Lugo. Poucas horas depois que as mortes em Marina Cué se tornaram notícia, as elites fizeram acordos rapidamente e se pronunciaram contra o presidente. Antes mesmo que todos os corpos fossem retirados as associações de sojeiros e pecuaristas já pediam o impeachment do presidente Lugo. Os meios de comunicação forneceram as necessárias mentiras – com relatos sobre os camponeses “guerrilheiros” emboscando policiais em uma “propriedade privada” de Blas Nicolás Riquelme – e usaram sensacionalismo para paralisar a população.

O então candidato a presidente Horacio Cartes, que já controlava o Partido Colorado, determinou que buscaria o juízo político. Rapidamente se alinhou com o líder do Partido Liberal, Blas Llano, assim como outros que de maneira oportunista viram que se beneficiariam da derrocada do governo. Até a alta hierarquia da Igreja Católica teve sua participação no conflito, ao pedir publicamente a renúncia de Lugo. Pode-se deduzir que, no nível internacional, os Estados Unidos deram luz verde à aventura golpista e também legitimidade ao governo de Federico Franco – até então vice-presidente –, sobretudo quando os países da América do Sul, em todo o seu espectro ideológico – desde Chávez, na Venezuela, até Piñera, no Chile – expressaram sua discordância, suspendendo o Paraguai da Unasul e do Mercosul.

O governo Franco encarregou-se de dismantelar ou mudar tudo em que se havia avançado no período anterior. Demitiu em massa das instituições públicas aqueles que eram vistos como “luguistas”. Propiciou melhores condições para o agronegócio, como o uso de sementes transgênicas e de agrotóxicos. Internacionalmente, fez um monte de discursos contra os governos progressistas da região e contra a integração regional via Unasul e Mercosul. Foi talvez o período mais vergonhoso quanto ao posicionamento internacional do Paraguai. Federico Franco, católico fervoroso, chegou a afirmar o seguinte: “Para mim, é um milagre que o senhor Chávez desapareça da face da Terra”. Indo mais longe e sem nenhuma prova, Franco disse que o governo da Venezuela dava proteção ao Exército do Povo Paraguaio (EPP), um grupo armado que, embora se autodenomine uma “guerrilha”, age mais com uma gangue criminosa (e não política) no campo.

Com uma imagem institucional sustentada de maneira forçada pelos meios de comunicação – que aplaudiram afirmações fantasiosas, como “O Paraguai vai se banhar de petróleo”, o que jamais aconteceu –, Franco chegou ao final do seu governo e se rodeou de silêncio, salvo esporádicas intervenções nas quais ainda responde a questionamentos sobre a sua gestão – e acusações de corrupção – que começaram a surgir de dentro do governo Cartes. Talvez a mais importante justificativa de Franco e do Partido Liberal

para derrubar Lugo não fosse realizar uma gestão destacada, mas ter o controle do poder Executivo em tempos próximos a um novo embate eleitoral, considerando que o rival Horacio Cartes dispunha de um volume de recursos dificilmente alcançável – e várias vezes foi acusado de ter origem ilegal – para competir na campanha.

Apesar de o Partido Liberal retomar o controle do poder Executivo pela primeira vez desde 1940, de pouco isso serviu para deter a vitória de Cartes nas eleições de 21 de abril de 2013. Cartes obteve 46% dos votos, seguido por Efraín Alegre, o candidato liberal, que conseguiu 37%. Os setores progressistas haviam se dividido como resultado de rachas na Frente Guasú – liderada pelo presidente destituído Fernando Lugo –, de onde saiu a coalizão Avanza País, que teve 6%. A Frente Guasú obteve 3% com o seu candidato a presidente Aníbal Carrillo, mas fez uma boa campanha para o Senado, onde se tornou a terceira força política na Casa, elegendo cinco dos 45 senadores, sendo Lugo um deles.

Assim como o partido PRI, no México, voltou em 2012 com a cara renovada depois de uma breve interrupção no Poder Executivo, Horacio Cartes fez uma campanha sem os tradicionais símbolos colorados, explorando uma imagem de eficiência, êxito e trabalho duro, baseando-se no império empresarial que conseguiu construir. Com a sua vitória, um empresário voltou à presidência da República depois do período 1993-1998, mas dessa vez com mais jogo de cintura, sem históricos caudilhos correligionários sendo seus principais adversários.

Pouco mais de um ano depois de ter sido eleito, o governo Cartes desenha um avanço do liberalismo conservador. Liberal no seu sentido de orientação, ao priorizar o setor privado como promotor do crescimento, mas conservador ao não propiciar condições de desenvolvimento inclusivo em uma sociedade marcada fortemente pela desigualdade. Não se fortaleceu o setor privado nacional – menos ainda as pequenas e médias empresas como motor da economia –, nem se buscou um setor público que seja capaz de cuidar para que esse desenvolvimento possa redistribuir seus benefícios aos setores em condições de maior vulnerabilidade.

O governo de Cartes, pelo contrário, busca atrair investimentos estrangeiros e defende um modelo centralizado na exportação de matérias-primas – especialmente grãos e carne – com um dos sistemas tributários mais injustos da região, que faz do Paraguai um dos países mais desiguais de toda a América Latina. É que os exportadores de matérias-primas basicamente não pagam impostos. Cartes já se encarregou de mostrar que o Estado não mudará isso, ao vetar um projeto de lei que buscava aumentar os impostos à exportação de grãos.

Seu governo modificou a Lei de Defesa Nacional e Segurança Interna para dispor das Forças Armadas em temas domésticos, diminuindo o poder do Congresso na matéria. Isso foi amplamente criticado pelos setores populares, que veem a medida como uma forma de aumentar o poder repressivo do Estado. Igualmente, o governo conseguiu a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fortalecer mecanismos de austeridade, e da lei que possibilita as Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou Alianças Público-Privadas (APPs), o carro-chefe do projeto cartista. O objetivo é levar o capital privado a participar no desenvolvimento de obras de infraestrutura e expansão de serviços que hoje estão a cargo do Estado, embora especialistas indiquem que as nossas instituições públicas são tão débeis que dificilmente poderão regular o setor privado.

No entanto, nem tudo está sendo fácil para o governo, já que a regulamentação da lei das APPs demorou para ser concluída e os esperados investimentos não chegaram. Essa ineficiência poderia se explicar em parte pelas emergentes tensões entre Cartes e o pesado aparato do Partido Colorado, que é, por essência, clientelista e perderia benefícios com a penetração do capital privado na gestão de serviços hoje a cargo do Estado. Às dificuldades para concretizar as APPs deve-se somar a resistência que sua aprovação como lei já causou. Como não acontecia desde 1994, no dia 26 de março de 2014 uma greve geral uniu sindicatos, movimentos camponeses e estudantis, que conseguiram enfraquecer em grande medida as atividades da capital Assunção e outras cidades, obrigando o governo a criar mesas de negociação que ainda estão em andamento.

No plano internacional, o governo está jogando sua principal carta no desenvolvimento de relações comerciais com países, blocos regionais e/ou diretamente com empresas. Nesse sentido, o presidente Cartes ficou marcado por frases dirigidas a empresários como "O Paraguai é fácil, é uma mulher bonita" ou "Usem e abusem do Paraguai". Também existe um flerte com a Aliança do Pacífico, um acordo comercial que agrupa Chile, Peru, Colômbia e México, embora a viabilidade desse projeto seja um mistério. Não está claro o porquê dessa aproximação com países com os quais o Paraguai não compartilha fronteiras, enquanto o governo é passivo nos processos de integração política, econômica e em termos de infraestrutura impulsionados pelo Mercosul e pela Unasul.

Não há outra "marca registrada" de resultados do seu programa de governo. Somente para comparar, depois de um ano do governo Lugo já se havia avançado no processo de negociação de um acordo melhor com o Brasil na gestão da Hidrelétrica Binacional de Itaipu; já estava se implementando a política de saúde gratuita; havia obras de infraestrutura em todo o país; e aumentava o alcance de políticas anteriores como os programas Tekoporá (transferência condicionada de fundos) e Abraço (para a proteção das crianças em situação de vulnerabilidade).

Finalmente, dois anos depois do golpe que toda a elite nacional deu no progressismo do governo Lugo, qual é a perspectiva futura para o surgimento de uma proposta política progressista com chances de chegar ao governo? Pode-se mencionar que o período do governo Lugo iniciou o processo de constituição da Frente Guasú, uma articulação de partidos de esquerda e centro-esquerda que hoje tem presença parlamentar principalmente no Senado e uma quantidade de parlamentares nos governos departamentais. Se houve organizações que saíram da coalizão, existiu proximidade para constituir acordos progressistas no Senado, o que poderia trasladar para outras iniciativas no futuro. A isso se pode agregar que as políticas impulsionadas durante o governo Lugo, como serviços de saúde gratuitos, merenda escolar, obras de infraestrutura, hoje estão em declínio, o que tem impacto na percepção das classes populares. Isso poderia explicar a razão por que em uma pesquisa recente o

governo Lugo foi indicado como a melhor administração em 25 anos de democracia.

Por outro lado, há uma emergência de setores médios e um inchaço da população urbana, com demandas que dificilmente podem ser satisfeitas com a lógica clientelista. É sintomático, por exemplo, que recentemente setores do Bañado Sur – bairro da periferia de Assunção, inundado pelo aumento do nível dos rios – se mobilizaram contra a entrega de alimentos que o governo dirigia aos atingidos que fossem membros do Partido Colorado. O movimento estudantil, que perdeu muita força como ator político desde a queda da ditadura, está presente nas Brigadas Universitárias para apoiar as vítimas, e organizações camponesas enviaram mais de 35 toneladas de alimento em solidariedade a elas.

A essas situações que demonstram um fortalecimento do tecido que une os setores populares – e que se viu claramente na envergadura da Greve Geral de Março de 2014 –, deve-se acrescentar que cada vez mais se escutam mais vozes, de diferentes organismos nacionais e internacionais, defendendo que o sistema econômico deve mudar e superar a sua base na exportação de matérias-primas e seu sistema tributário regressivo. Esse é um dilema do governo. Se ele avança na liberalização econômica, se chocará com seu próprio partido político e, se não o fizer, poderá perder o apoio das elites e uma eventual crise econômica poderá ter efeitos políticos favoráveis a uma linha progressista.

No início de junho de 2014, o diário *ABC Color*, o mais poderoso jornal que pauta a agenda política local, citava no seu editorial como é arriscado seguir com o atual modelo econômico de concentração de recursos em poucos setores exportadores de commodities, além de apontar a debilidade institucional e a corrupção. Poderá Cartes e/ou os Partidos Colorado e Liberal superarem esses dilemas? Essa é a pergunta que abre a oportunidade de analisar uma futura constituição de uma força progressista de maior peso político.

O Paraguai é o único país de América Latina, junto com Honduras, onde o bipartidarismo que surgiu há mais de um século segue vigente e onde a esquerda não conseguiu se desenvolver como um ator político relevante. Entretanto, as características

sociais, culturais e econômicas vêm mudando rapidamente. Resta ver quanto tempo mais tardarão em impactar mais decididamente o sistema político. A derrubada do governo Lugo foi parte dessa resistência das elites às mudanças a partir de organizações progressistas e da inclusão dos setores populares na política.

Carta para Alejandro Almazán

Caro Alejandro*,

Nesta *hojita* o principal que eu vou contar é que desde muito pequena eu tenho um sabor profundo pelo texto, e que escrevendo é onde eu me sinto inteira; no momento de usar as letrinhas e as palavras ao meu bel prazer para dizer exatamente aquilo que eu quero – eu sinto isso. Foi o que me levou a ser jornalista. E, bem, a minha curiosidade obstinada, e que só cresce com o tempo. Cada vez mais surgem mais perguntas, Alejandro, e a cada nova reportagem que me meto me sinto mais menina, me sinto mais inexperiente e mais perdida, e essa é a sensação melhor do mundo. Ao mesmo tempo, se a experiência (agora são 13 anos de jornalismo) não me deixa mais segura diante de uma nova reportagem – e sim mais insegura –, por outro lado ela me permite contar histórias cada vez mais complexas. Me lembro da primeira grande reportagem que fiz, aos 23 anos. Vivi em São Paulo o que viviam aqueles que buscavam subempregos (isso foi em 2004, começo da era Lula). Durante um mês fui carregadora de placas, vendedora em loja de sapatos, montadora de bijuterias. Uma história cheia de personagens e lugares, mas simples. Agora, veja, anos depois, consigo contar com um tanto de serenidade um golpe institucional de Estado.

É que o essencial de cada história é no fundo simples. Depende de o repórter conseguir enxergar essa simplicidade, e isso só vem com muitas perguntas. Ouvindo muita gente, lendo e relendo muitos

documentos. Assim, de repente, alguma coisa que você ouviu – e que provavelmente foi o que te levou a perseguir aquela história –, alguma coisa aparece tão clara e límpida que você entende que tem uma tremenda história para contar. É disso que eu vivo. É esse o meu maior amor.

Lugo foi deposto no dia 21 de junho de 2012, penúltimo dia da Rio+20. Eu estava no Rio de Janeiro acompanhando a convenção – mais como curiosa, não estava cobrindo –, e a história passou quase batida para mim, porque, pouco antes, apenas quatro dias antes, Julian Assange tinha entrado na embaixada do Equador em Londres, para pedir asilo. Estava um pouco nisso, oferecendo ajuda, buscando falar com ele, quando se anuncia o julgamento-relâmpago e todos os chanceleres se picam para Assunção. A visita foi um fracasso, durou apenas um dia e acirrou ainda mais os ânimos dos arrogantes políticos paraguaios – como descrevo no livro. Mas a coisa toda também passou quase batida porque, por mais mal contadas que parecessem as motivações para o impeachment, ele recebeu da imprensa aqui no Brasil uma cobertura murcha, sem ímpeto, e em poucos dias era uma história morta. Contra esse ânimo, os presidentes do Mercosul e da Unasul romperam relações com o Paraguai, chamaram reuniões urgentes, deram ultimatos – e nada. Para a imprensa daqui, tratava-se de uma *polca paraguaia*, enredo batido que merecia pouca atenção. Como espelho da reação dos colorados paraguaios, a nossa imprensa também zombava da obstinação dos governos vizinhos em se meter na política de Assunção.

Eu nunca havia estado no Paraguai, não tinha muito conhecimento nem curiosidade sobre o país, e nem estava me planejando para ir até lá. Até uma noite, um mês depois do *impeachment*. Fernando Lugo estava no Brasil para dar prosseguimento ao seu tratamento de câncer. Havia marcado uma entrevista coletiva com jornalistas da “imprensa alternativa”, como eles chamam por aqui, e nós fomos convidadas. Na hora certa, cerca de 15 jornalistas apareceram no hotel onde ele estava, fizeram suas perguntas, e foram embora. Já era noite, uma noite quente de sexta-feira, e me deu um embrulho no estômago. Fui falar com o

Lugo. Queria saber como ele estava. Parecia abatido, mas sempre positivo, com aquela aura de padre. “Fernando, gostaria de te entrevistar”, disse, sem explicar onde eu trabalhava ou o que ia fazer com a entrevista. “Pode vir amanhã cedo”, ele disse. E me recebeu no seu hotel, e, com a paciência de bispo caído, me contou como ele vira tudo, bastante atônito, e com aquela atitude de resistência passiva, tão paraguaia – como vim a aprender depois – que me deu muita estranheza. Lugo me contou da sua proximidade com Liliana Ayala (embaixadora dos Estados Unidos), explicou como se deu a sua queda, os furos no processo e muitos outros eventos fundamentais que esse livro aborda, e que consegui desenvolver e comprovar quando estive duas vezes no Paraguai nos meses seguintes, onde fiz mais de 50 entrevistas com os principais ex-ministros, políticos, generais, chefes da polícia, ativistas, advogados, camponeses. Me pareceu sob qualquer aspecto uma história fantástica, e era quase irreal que nenhum repórter brasileiro estivesse ali buscando contá-la. Pior do que isso. Lugo, me contou um assistente seu, estivera naquela viagem, um mês depois de ser deposto do Paraguai, no Instituto Lula, onde manteve uma reunião longa com o nosso ex-presidente. Ao sair do encontro, havia ali na frente alguns poucos jornalistas brasileiros. Um deles disparou para o presidente, deposto um mês antes: “Lugo, o Lula falou algo sobre o julgamento do mensalão?”.

Foi por isso que eu fui para o Paraguai, por causa dessa história, e é por isso que estamos publicando esse livro, sem financiamento, feito na raça; porque não acredito que o Paraguai seja “um país que não importa a ninguém”. Não sei se escrever e publicar essa série de reportagens ajudou a trazer à tona a verdadeira história do golpe, ou a conscientizar pelo menos uma parte das pessoas que a leram. Ou se este e-book ajudará a mudar um pouco essa triste saga, quem sabe. Mas as histórias do nosso povo precisam, e merecem, ser contadas. E só por isso, querido Alejandro, que somos e seremos sempre jornalistas.

Natalia Viana

**Alejandro Almazán é um jornalista e escritor mexicano, e foi vencedor do prêmio Gabriel García Márquez em 2013, com a reportagem investigativa "Cartas desde la Laguna", sobre a guerra entre dois cartéis de droga mexicanos.*